



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA  
**116ª SESSÃO**  
**(SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES)**

Em 23 de Maio de 2019

(Quinta-Feira)

Às 14 horas

**ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 432 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

**LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

**EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**

**PEQUENO EXPEDIENTE**

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

Está sendo convalidado o quórum da sessão anterior, decisão contra a qual eu não tenho nada a opor. Mas o que podemos observar? Vai haver votação? Como vai ser a condução dos trabalhos? Eu queria que V.Exa. esclarecesse, para podermos definir nosso destino.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Deputado, esta é uma sessão de debates.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Frota, do PSL do Rio de Janeiro.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mostrar que nós estamos em um bom entendimento quanto ao que limitava as atividades dos auditores fiscais. Nós não podemos aceitar aqui o desmonte de uma estrutura duramente construída para adequar o Brasil à prática internacional de combate à lavagem de dinheiro.

Os auditores fiscais têm todo o meu apoio, assim como as classes das forças de paz, que estão me procurando. Eu estou atendendo a todos. Hoje, policiais militares e civis, bombeiros, vigilantes, carcereiros, guardas municipais estiveram comigo para falarmos da sua previdência. Nós devemos olhar, sim, por esses brasileiros, que defendem nossa sociedade. Muito obrigado.

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP) - Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra como Líder da bancada. E peço que seja acrescentado o 1 minuto a que tenho direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu participei, em dezembro de 2017, na cidade de Argel, da 9ª Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração. O evento reuniu delegados, Deputados, militantes, uma delegação de pessoas muito importantes.

Este grande evento foi liderado pela nossa companheira Louisa Hanoune, Secretária-Geral do Partido dos Trabalhadores na Argélia, primeira mulher candidata à Presidência da República, que foi presa no último dia 9, por reclamar democracia, por exigir o direito do povo de decidir os destinos do país.

Eu tive a honra de conhecê-la. É uma mulher carregada de dignidade e de compromisso.

Por isso, quero manifestar minha mais profunda solidariedade à nossa querida companheira Louisa e divulgar uma nota do Partido dos Trabalhadores, que vou entregar à nossa Taquigrafia, como parte do meu pronunciamento, na qual o partido protesta contra esses acontecimentos na Argélia e se solidariza com a demanda pela libertação de Louisa. Também colocarei, como parte do meu pronunciamento, uma carta do Presidente Lula, do dia 22 de maio, ontem, em que ele diz que tomou conhecimento da detenção arbitrária da companheira Louisa Hanoune, Secretária-Geral do Partido dos Trabalhadores na Argélia. Lula, conhecedor da trajetória de Hanoune, diz não tem dúvida de se associar aos milhares de cidadãos na Argélia e no mundo em defesa da libertação dela.

A propósito, já conversei com nosso Líder de bancada, o Deputado Paulo Pimenta, que assinou um ofício, que está sendo encaminhado ao Embaixador da Argélia no Brasil, o Sr. Djamel Eddine Omar Bennaoum, solicitando uma audiência. Uma delegação de Deputados — todos estão convidados — vamos, quem sabe na próxima semana, manifestar ao embaixador nossa solidariedade, nosso protesto e o desejo de ver livre essa mulher libertária, lutadora num país tão acolhedor como a Argélia.

Louisa foi chamada para dar um depoimento e, chegando lá, foi presa arbitrariamente. Portanto, minha solidariedade a ela. Temos documentos assinados por várias personalidades do País inteiro. No mundo, existe uma campanha, à qual nos juntamos, em defesa da liberdade da nossa querida Louisa Hanoune, na Argélia.

Sr. Presidente, também gostaria de enviar uma mensagem para a cidade de Pindamonhangaba, especialmente para nossos companheiros metalúrgicos da empresa Tenaris Confab, onde já estive em várias oportunidades. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba foi obrigado a realizar uma greve nesta semana por causa da demissão de 200 pais de família. A empresa tem mais de mil funcionários, trabalha com tubos e depende muito da produção e dos pedidos da PETROBRAS, pedidos que foram paralisados. Nós apelamos para que voltem a fazer estes pedidos. Depois da greve, os trabalhadores conseguiram impedir as demissões. Aliás, as demissões foram irregulares: demitiram pessoas doentes.

Parabéns aos companheiros pela luta! Parabéns ao nosso querido companheiro Vela, o Presidente do Sindicato!

Agradeço ao Secretário-Geral do Sindicato, Luciano Tremembé, por esta informação. Nós estamos juntos e misturados nesta jornada em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa do emprego.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para informar que nesta semana, no Sindicato dos Bancários no ABC, eu tive a oportunidade, com a diretoria do sindicato, de realizar uma importante palestra para todos os sindicatos da região. O palestrante foi o Dr. Eugênio Aragão, grande jurista deste País, ex-Ministro da Justiça. Ele falou para os dirigentes sindicais e as lideranças populares sobre o Estado Democrático de Direito.

Numa exposição brilhante, ele fez um grande esforço: saiu daqui de Brasília para se encontrar com as lideranças dos trabalhadores — tanta gente, em torno de 141 pessoas! Essas pessoas vieram das fábricas, das garagens, dos bancos, dos bairros, para ouvir e dialogar com o Dr. Eugênio Aragão. Lá há toda uma preparação para as grandes lutas deste dia 30 e para a greve geral do dia 14 de junho.

Eu agradeço de público, do plenário desta Casa, ao Dr. Eugênio Aragão, um homem sério, pela brilhante palestra, que enriqueceu nossos dirigentes e fez com que todos saíssemos convencidos de que o Estado Democrático de Direito é fundamental para vivermos em paz.

Com democracia e com direitos, temos esperança, e não desesperança, como agora. Com direitos, podemos evoluir nas nossas conquistas, e não nas retiradas que temos sofrendo ultimamente com a terceirização, com a reforma trabalhista e agora com esta ameaça cruel da reforma da Previdência Social contra os trabalhadores.

Como disse o Dr. Eugênio, democracia plena significa o direito de as pessoas serem felizes. Ser feliz é ter a barriga cheia, escola, educação, esperança no futuro, e viver da solidariedade. Este é o Brasil que nós queremos e que nós já experimentamos, sobretudo no Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, quando o Estado esteve focado na tranquilidade do seu povo.

Naquela época, o Estado brasileiro, ao invés de ser opressor, atuou como defensor, como porto seguro da democracia do nosso País.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO VICENTINHO.**

##### Matérias referidas:

- Carta aos petistas sobre o 7º Congresso
- Carta do Lula

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, acho que nós avançamos em uma questão que me parece absolutamente fundamental na Medida Provisória nº 870, que diz respeito à função dos auditores fiscais. É absolutamente necessário que eles tenham o direito de encaminhar para os órgãos devidos todos os indícios de que haja qualquer tipo de crime e qualquer atipicidade. Impedir os auditores fiscais de fazer o que é dever de qualquer servidor público é realmente uma violência contra profissionais tão importantes para o Brasil.

Por isso, eu me posicionei desde o início, até mesmo dentro do meu próprio partido, a favor de que se retirasse esta cláusula, que é estranha inclusive à proposição, pois cerceia a atividade dos auditores fiscais.

A forma como o texto foi elaborado, a meu ver, apresenta uma gravidade imensa, porque ele assegura que esse cerceamento tenha caráter retroativo. Portanto, o que foi apurado pelos auditores fiscais, do ponto de vista de uma análise tributária, que indicavam alguma atipicidade ou algum indício de que estivesse acontecendo algum crime, algo que se transformou numa investigação do Ministério Público e das forças policiais, teria que ser, em verdade, anulado.

Eu penso que nós avançamos, e houve uma construção. O Partido dos Trabalhadores contribuiu para que houvesse essa construção, visando à retirada desta proposição, que diz respeito ao cerceamento da atividade dos auditores fiscais.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Freire.

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar uma situação que vem acontecendo no Ceará devido a algumas oligarquias que existem e que pensam serem donas do Estado.

Ontem conversei com Bernardo Küster, um estudioso, um conservador e um grande influenciador. Alguns movimentos de direita e conservadores estão tentando levá-lo para uma palestra contra a Teoria da Libertação, em Sobral, mas ele foi boicotado pelo Reitor, pelo Bispo e pelo Prefeito da cidade, que faz parte dessa oligarquia satânica, mas que vai chegar ao fim. Todo o Império chegou ao fim, e esta oligarquia no Ceará também vai cair, vai chegar ao fim.

Portanto, faço meu voto de protesto e de repúdio contra essa oligarquia e reitero que vou, sim, entrar em contato com o Ministério Público, com o Ministro da Educação, para saber o que esse Reitor ou Reitora dessa cidade vem fazendo, para que o pluralismo de ideias e a diversidade do pensamento sejam preservados.

Esses movimentos de direita estão de parabéns, porque querem levar este debate para Sobral, que é tão carente de informações precisas.

Fica, portanto, meu repúdio a essa oligarquia.

Mais uma vez, confronto e lembro que no Congresso Nacional existem, sim, ativistas conservadores que vão dar todo o apoio aos que precisarem.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Major Vitor Hugo.

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero externar neste momento, em nome do Governo, nossa felicidade pela aprovação da Medida Provisória nº 870, que reestrutura a Administração Pública Federal.

Todos nós Parlamentares, o Parlamento e a Câmara dos Deputados fizemos um grande esforço para que esta medida provisória fosse aprovada nesta semana. Tivemos diversos embates, mas isso é natural do Parlamento. Tivemos, ao término, a aprovação desta medida provisória, com uma vitória apertada de quem votou do outro lado em relação ao COAF. A posição do Governo e do partido do Presidente, no entanto, foi marcada.

Gostaria de fazer uma menção muito especial a três Consultores, assim como eu, quando entrei nesta Casa. Eu entrei nesta Casa em dois momentos diferentes e de duas maneiras também diversas. No primeiro momento, por concurso público, para a Consultoria Legislativa, e depois eleito Deputado Federal por Goiás.

Eu queria agradecer, então, todo o esforço feito pelos meus colegas Wilder, Wellington e Ednilton, que trabalharam com muito afinco pela Medida Provisória nº 270, para que o seu projeto de lei de conversão fosse construído de maneira equilibrada, o que, com certeza, contribuirá para que o Governo tenha sucesso, para que o País logre êxito colhendo os frutos da atuação do nosso Governo ao longo desse tempo.

Então parabéns ao PSL! Parabéns ao Brasil! Parabéns ao Parlamento por mais um obstáculo superado!

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Daniel Silveira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero convidar cada um dos senhores e das senhoras para o lançamento do livro que nós estamos publicando sobre o sistema tributário que queremos, um sistema tributário que foi debatido durante a Legislatura anterior em duas Comissões Especiais: uma de estudo e outra que apreciou a proposta que foi elaborada na primeira Comissão Especial.

No dia 29, às 14h30min, nós vamos autografar esse livro no Cafezinho do Salão Verde. Todos estão convidado para conhecer a proposta que estamos apresentando ao povo brasileiro e que desejamos seja aprovada pela Câmara, porque vai simplificar o sistema tributário. Os cidadãos e as cidadãs que ganham menos de 3 salários mínimos não vão mais pagar imposto sobre os produtos da cesta básica, nem sobre medicamentos. Em toda compra que efetivarem, como será toda eletrônica, ficará registrado o seu CPF. No final do mês, receberão o crédito relativo ao imposto que pagaram. Também vamos fazer justiça tributária fazendo com que os proprietários de aeronaves e *jet skis* paguem imposto sobre a propriedade, assim como o proprietário de moto paga IPVA. Com isso, nós vamos aumentar a receita do País e a oferta de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Com a palavra o Deputado Bibó Nunes.

**O SR. BIBO NUNES** (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Exmo. Presidente Daniel Silveira, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta tribuna mais uma vez. Estou muito feliz porque, nos meus 3 meses nesta Casa, pude constatar, conhecer e saber que em todos os partidos há pessoas preocupadas com o bem do Brasil. Em todos os partidos. Isso me deixa muito feliz, porque eu tenho certeza da aprovação da reforma da Previdência.

Ontem nós tivemos essa grande demonstração, quando, numa votação em que não tínhamos toda uma estrutura para combater os que estavam do outro lado, que eu respeito, chegamos a perder por apenas 18 votos. Se mudássemos 10 votos, seríamos vitoriosos.

Existem vitórias que são derrotas, e derrotas que são vitórias. No nosso caso ontem, foi uma derrota que significou uma grande vitória. Caímos para cima. Nós mostramos ao nosso eleitorado, que votou no PSL, que nós estamos aqui defendendo a honra, a honestidade, a dignidade, junto com o Moro, contra a corrupção.

O eleitor de todo o Brasil vibrou com esta votação. Mostramos que esta Casa está sendo mudada. A Câmara Federal está agora com mais cara de seriedade, honestidade, preocupação e amor pelo Brasil. Provamos isto ontem. E tenho certeza de que na próxima semana nossa vitória não será apenas uma vitória, mas uma vitória com glória.

Muito obrigado, nobre Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Com a palavra o Deputado Célio Moura.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o Senado da República aprovou na Comissão de Educação a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins, com sede na cidade de Araguaína. Lá em nossa cidade existe o *campus* da Universidade Federal do Tocantins, o *campus* da UFT, e de Tocantinópolis. Portanto, na junção dos dois *campi* de Tocantinópolis e Araguaína foi criada a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Quero agradecer aos Senadores, principalmente ao Senador Eduardo Gomes, que foi o Relator do projeto na Comissão, também à Senadora Kátia Abreu, aos Senadores do Tocantins, a todos os Senadores que aprovaram esta proposta tão importante para a região de Araguaína e do Estado do Tocantins.

Portanto, os filhos dos trabalhadores rurais, os filhos dos camponeses, das pessoas pobres do nosso querido Estado do Tocantins, terão agora a oportunidade, se Deus quiser, ao se concluírem as demais etapas da votação no Senado Federal, de ver aprovada a Universidade Federal do Norte do Tocantins, na nossa querida cidade de Araguaína.

Eu quero aqui parabenizar Araguaína, todos os professores da UFT que vão fazer parte da nova universidade, todos os estudantes, toda a nossa cidade de Araguaína. Parabéns, Araguaína! Parabéns, Tocantins, pela nossa UFNT!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Com a palavra o Deputado Guiga Peixoto.

**O SR. GUIGA PEIXOTO** (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, Daniel Silveira, fico muito feliz em vê-lo ocupando esse cargo aqui. Nobres Deputados, nobres Deputadas, eu subo aqui à tribuna para dizer que nós temos um compromisso muito grande com a Nação. Nós temos pautas importantes para serem aprovadas dentro desta Casa, pautas que vão levar o Brasil à retomada do crescimento econômico, um crescimento sustentável, um crescimento que vai trazer uma geração de empregos muito grande para o Brasil.

A compreensão que eu quero falar a todos é sobre o próximo domingo, quando haverá manifestações. Nessas manifestações, eu transfiro também a responsabilidade para o eleitor: que o eleitor fiscalize como está votando o seu Parlamentar, se está votando pró-Brasil ou contra o Brasil.

Nós temos muitas pautas para resolver, e não podemos ficar tão travados como estamos ficando aqui. Essas pautas diárias vão, sim, com certeza, promover a retomada do crescimento econômico sustentável para o Brasil. O Brasil precisa parar de sangrar, o Brasil precisa voltar a crescer, e esta Casa tem que ser mais unida com os propósitos para um novo Brasil.

Meus queridos eleitores, fiscalizem o seu Parlamentar e vejam como ele está votando. Esse é o pedido que faço.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Silveira. PSL - RJ) - Com a palavra o Deputado Chiquinho Brazão.

**O SR. CHIQUELHO BRAZÃO** (AVANTE - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dei entrada esta semana ao Projeto de Lei nº 2.981, para alterar a Lei nº 6.259, que dispõe sobre o serviço da Mega-Sena.

No seu art. 32, ele altera a Mega-Sena para que possamos ter, primeiro, a Mega-Sena funcionando normalmente até que seja atingido o valor do seu talão 30 milhões de vezes, que hoje é de R\$ 3,50 reais e, a partir do momento em que se atingir esse total, hoje em torno de 105 milhões de reais, ele automaticamente faria com que o excesso fosse diluído no prêmio da quina, dividido pelos acertadores da quina.

Caso não haja ganhador, a partir desse acúmulo no prêmio principal, ele dividiria pela quina o total arrecadado. Exemplo: o total de 120 milhões seria dividido por todos os ganhadores da quina. Por exemplo, se houvesse 30 ganhadores, seria em torno de 4 milhões para cada ganhador. Com isso, colocaríamos esse dinheiro no mercado imobiliário, no mercado automobilístico, de modo que esse dinheiro não ficaria totalmente concentrado numa única conta bancária. Seria uma forma de socializar esse prêmio e também dividi-lo por todas as pessoas que apostam e que, certamente, acompanhariam.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Chiquinho Brazão, o Sr. Daniel Silveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - Tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. GILSON MARQUES** (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria de esclarecer que nós demos entrada ao Projeto de Lei nº 2.946, de 2019, que dá mais liberdade ao trabalhador proprietário do dinheiro do FGTS. Caso seja aprovado o projeto, todo trabalhador poderá ter a escolha, se quiser, de pegar o saldo ou parte dele e transferir para uma conta de aplicação, ou então para uma conta de aplicação de previdência privada complementar.

Essa foi uma alternativa que nós encontramos para dar mais liberdade e rentabilidade ao dinheiro do trabalhador, porque, na verdade, gostaríamos que fosse optativo: quem quer o FGTS continua com ele; quem não quer que o receba diretamente na folha de pagamento. Porém, isso não é possível no momento porque nós precisaríamos de 171 assinaturas para fazer a PEC, e ainda, depois disso, de 308 votos, em duas sessões, para a aprovação.

Então, no momento, a alternativa melhor e que será um sucesso, um ganho de direito ao trabalhador, é que ele pelo menos tenha a escolha de receber a capitalização justa e o juro justo, coisa que o FGTS não dá. Aliás, rende muito menos do que a inflação. Vamos lá! Mais liberdade e dinheiro para os trabalhadores.

Sra. Presidente, se V.Exa. puder autorizar a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, eu agradeço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Erika Kokay. PT - DF) - A solicitação de V.Exa. será atendida, Deputado.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Ivan Valente, que falará como Líder do PSOL, por 4 minutos. Se o Deputado assim o quiser, posso unificar o tempo de Liderança com o tempo do Pequeno Expediente, no qual V.Exa. está inscrito.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 9 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui hoje um pouco surpresos. Eu, como membro da Comissão Especial da Reforma da Previdência, assisti ontem ao debate com o General Augusto Heleno, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que foi entrevistado durante quase 1 hora. E o que me surpreendeu mais, além da cobertura que ele dá às loucuras e insanidades do Presidente Bolsonaro, foi que ele tem a percepção de que a reforma da Previdência já ganhou a confiança das amplas massas da classe trabalhadora brasileira.

Eu quero dizer aqui, de pronto, que isso não é verdadeiro, não só porque todas as pesquisas mostram que essa pauta é impopular, é rejeitada pela maioria esmagadora das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, mas porque é só andar nas ruas para ver. O nosso mandato de Deputado Federal está nas ruas. Quase duas vezes por semana nós vamos com uma banca para a rua, com aparelho de som, para colocarem lá as assinaturas contra a reforma da Previdência. A receptividade é enorme. Ou seja, o trabalhador e a trabalhadora são contra essa reforma, porque eles estão tomando ciência, estão fazendo as contas. E nós sabemos que quem vai pagar a conta da crise, na reforma da Previdência com que o Ministro Paulo Guedes quer arrecadar 1 trilhão e 200 bilhões de reais, são os pobres, são os de baixo, são aqueles que estão no Regime Geral da Previdência Social, são os que ganham até o teto da Previdência, mas, particularmente, aqueles que ganham até 2 salários mínimos. A crueldade, a perversidade que está contida nessa proposta da Previdência é que do pouco de mais 1 trilhão, quase 900 bilhões de reais vão sair exatamente dos mais pobres. E eles têm ainda a insensatez de dizer que a reforma ataca privilégios.

Na verdade, vejam V.Exas., desses quase 900 bilhões de reais, 170 bilhões vão sair de apenas uma medida, que nós temos que derrubar nesta Casa: o chamado abono salarial, ganho por um trabalhador que recebe até 2 salários mínimos hoje. Eles querem reduzir para quem ganha até 1 salário mínimo.

Acontece que em vários Estados da Federação brasileira, principalmente os maiores — São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul —, o salário mínimo regional é maior do que o mínimo nacional, estabelecido em 998 reais. Passando de 1 mínimo, sendo 1.100 reais, ele não recebe mais o abono. E o abono ainda é proporcional aos meses trabalhados. Só aí eles querem garfar 170 bilhões de reais de pobres que ganham até 2 salários mínimos. Não é possível!

A segunda questão é o Benefício de Prestação Continuada, oferecido hoje pelo Estado, pela lei, a pessoas que têm mais de 65 anos de idade, que não têm mais trabalho, não têm condições de trabalhar. São as pessoas mais vulneráveis, mais pobres, que têm que obedecer ao critério de a renda familiar ser de apenas 260 reais. Não podem também ter um pequeno apartamento do Minha Casa, Minha Vida adquirido no passado. Vejam, 98 mil reais é o valor de uma casa. Se ele tem a casa, ele não tem o benefício. É isso que eles querem fazer. Tirar o benefício dos mais pobres, querem elevar para 70 anos de idade, sendo que no BPC a média de vida das pessoas é até 73 anos.

E a aposentadoria rural, e a das professoras e professores, e das mulheres? Vejam, as mulheres hoje professoras têm tempo de contribuição de 5 anos menor. É claro, porque as mulheres têm dupla e tripla jornada de trabalho. Elas são cuidadoras de idosos, eles criam filhos. E tudo isso não é levado em consideração.

Então hoje nós vemos que uma professora que está para se aposentar pode simplesmente ter que trabalhar mais 10 ou 12 anos.

Essas pessoas que fazem a lei, o Ministro Paulo Guedes, banqueiro, uma pessoa dos fundos de investimento, um especulador financeiro, não sabe o que é ficar 40 horas em uma sala de aula por semana, corrigir provas, prepará-las. Não tem a mínima ideia do que é ficar de pé, das doenças que acometem.

Mesmo as aposentadorias especiais... Eu estou falando de policiais, grande parte dos quais votou no Bolsonaro. Estão revoltados, Polícia Civil particularmente, porque querem acabar com a paridade, com a integralidade. Além disso, há o problema das pensões, que vão ser reduzidas a praticamente metade do que são hoje. É daí que vai sair o grosso das questões. Nós temos que falar o português claro: por que os militares não entraram na reforma da Previdência? Por que

eles estão num projeto de lei à parte? O tempo de permanência e de contribuição deles vai aumentar, mas eles vão ser recompensados com um aumento de soldo que praticamente fará com que não tenham nenhum sacrifício, diferente do que ocorre com todas as outras categorias do serviço público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos desmistificar a ideia de que todo o funcionalismo brasileiro ganha muito. Isso não é real! A maioria do funcionalismo público dos Municípios brasileiros ganha até dois salários mínimos. Oitenta e seis por cento dos servidores públicos em âmbito nacional ganham até o teto da Previdência Social: 5.859 reais. Essa é a realidade.

Estão falando de planos de carreira — sim, mas são planos de carreira para juízes, promotores, auditores da Receita, etc. As carreiras de Estado certamente são mais bem remuneradas. Além disso, não estão falando que a lei que criou o FUNPRESP, em 2013, já tratou disso. Depois de 2013, para terem uma aposentadoria maior, as pessoas são obrigadas a fazer uma previdência complementar. Quem está abaixo disso já tem as garantias constitucionais.

Na verdade, tudo isso é uma grande farsa. Por isso, nós temos lutado contra a reforma da Previdência, que só quer fazer a capitalização para encher o bolso dos banqueiros. Nós sabemos que a capitalização é o sinal para o mercado financeiro. Não é à toa que, todos os dias, o Ministro Paulo Guedes fala com empresários ou vai para os meios de comunicação dizer o seguinte: *"Feita a reforma da Previdência, vão jorrar recursos do exterior, vai cair a taxa de juros e vai haver muito emprego"*. Não é verdade! A mesma mentira foi dita quando fizeram a reforma trabalhista, e o resultado está aí: desemprego em massa no nosso País. Ou então ele diz que vai vender tudo lá fora: PETROBRAS, ELETROBRAS, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Tudo isso é para fazer caixa para pagar os juros da dívida pública.

A capitalização é o fim da previdência solidária no nosso País, é o fim da previdência pública. Na verdade, é a privatização. Por isso, somos radicalmente contra essa reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, a Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Coronel Chrisóstomo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Passo a palavra, por 1 minuto, para o Deputado Heitor Freire, do Ceará.

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, utilizo os microfones desta Casa para convocar todos os movimentos de direita, conservadores e patriotas para, neste domingo, em todas as cidades, não somente do Ceará, mas de todo o Brasil, irem às ruas defender o bem, defender o cidadão de bem, defender o nosso Presidente Jair Bolsonaro.

Nós iremos nos manter coerentes, defendendo a Direita e os princípios conservadores. Serei coerente com o que prometi ao meu eleitor quando eu disse que seria um soldado de Jair Bolsonaro. Ele vai entrar para a história como o melhor Presidente desta Nação.

Vamos às ruas no domingo para defender aquilo em que acreditamos, como a CPI da Lava Toga, a reforma da Previdência e todas as pautas deste Governo. Vamos às ruas principalmente para barrar a narrativa de que só a Esquerda tem voluntários — nós não temos militantes, temos voluntários que vão às ruas para defender aquilo em que acreditam.

Vou ver todos em Fortaleza, na grande carreato que, às 14 horas, vai sair da Avenida Pontes Vieira, 247, onde fica a sede do Movimento Direita Ceará. Depois todos os movimentos vão se reunir na Praça Portugal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Augusto Bezerra, por 1 minuto.

**O SR. PEDRO AUGUSTO BEZERRA** (Bloco/PTB - CE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caros colegas, eu gostaria de registrar que será realizada a 15ª edição da Semana do Alimento Orgânico, em Juazeiro do Norte, interior do Estado do Ceará, entre os dias 28 e 31 de maio, na próxima semana, com a proposta de valorizar o alimento cultivado sem agrotóxico e, portanto, voltado para a qualidade de vida, com mais saúde.

Com muita alegria, convido todos a participarem desse evento que ocorrerá numa cidade protagonista na construção e valorização de políticas públicas que defendam o meio ambiente, gerem emprego e renda e tragam melhoria da qualidade de vida da sua população, sobretudo a população rural.

O slogan do evento é *Qualidade e saúde do plantio ao prato*.

Todos serão muito bem-vindos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Agora vamos ouvir o Deputado Hildo Rocha, da Praia do Calhau. Concedo a palavra a S.Exa., para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PP/MDB/PTB.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Chrisóstomo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, utilizo a tribuna da Câmara, nesta tarde, para solicitar o apoio de todos os colegas ao Projeto de Lei nº 2.590, de 2019, que apresentei com o objetivo de dar a todos os brasileiros acesso ao REVALIDA.

Hoje nós vivemos num mundo globalizado. As pessoas fazem cursos de graduação em outros países da América, em países da Europa, da Ásia. Quando a pessoa chega ao nosso País e quer trabalhar na profissão que escolheu, ela tem dificuldade para legalizar o seu certificado de nível superior ou mesmo de pós-graduação. Se esse nosso projeto de lei for aprovado, todas as universidades do Brasil, públicas ou privadas, poderão fazer o REVALIDA. O que estamos propondo é um avanço na legislação desse exame.

Por isso, peço apoio aos colegas Deputados e Deputadas para aprovarmos o Projeto de Lei nº 2.590.

Sr. Presidente, quero falar também sobre a minha ida ao Município de Estreito, o primeiro Município pelo qual passamos, no Maranhão, as pessoas que saem de Brasília em direção àquele Estado, passando por Goiás e Tocantins.

A cidade se desenvolve cada vez mais, graças à força de trabalho do seu povo. À frente da administração do poder público municipal, está o grande Prefeito Cicinho. Eu estive lá na data comemorativa do aniversário de 37 anos de independência daquele Município. Nós estivemos com o Prefeito, com a sua equipe de Governo, com os Vereadores daquela cidade e tivemos a oportunidade de conhecer um complexo de prédios universitários. Sinceramente, eu fiquei encantado com o que vi.

Vários prédios foram construídos pelo Prefeito Cicinho com recursos apenas do Município. O complexo tem o total de 17 mil metros quadrados de área construída e conta com 15 salas de aula com 70 metros quadrados, biblioteca, amplo auditório, centro de informática, além de estacionamento com capacidade para 300 carros. Esses prédios foram construídos com recursos do Município de Estreito, oriundos de impostos pagos pelo cidadão, como IPTU, ISS. O Prefeito guardou esse dinheiro e gastou cerca de 6 milhões de reais para construir esses prédios, onde irá funcionar a universidade. Foi feita uma parceria com a Universidade Estadual da Região Tocantina, cujo *campus* irá funcionar naqueles prédios construídos com o dinheiro do cidadão e da cidadã de Estreito. São prédios belíssimos, com arquitetura moderna, que irão oferecer conforto para quem for aprender e para quem for trabalhar naquele local. Essa inauguração ocorreu durante a comemoração do aniversário da cidade. Esse prédio foi entregue ao Governo do Estado do Maranhão, para que a universidade possa funcionar. Serão oferecidos cursos de engenharia agrônoma, de matemática, de física, além de outros cursos que serão realizados naqueles prédios. A biblioteca ficou a coisa mais linda do mundo. O conjunto de prédios, que também possui lanchonetes, é adequado para o funcionamento de uma universidade moderna. Parabéns ao Prefeito!

Nessa mesma data, nós entregamos o asfaltamento da Praia da Cigana, realizado com recursos viabilizados pelo Deputado Hildo Rocha, por meio de uma emenda que alocamos para o Município de Estreito.

A Praia da Cigana é uma praia belíssima do Município de Estreito, na qual faltava ser feita a pavimentação de aproximadamente 4 quilômetros. A pavimentação foi feita da forma correta, foi feito também todo o serviço de drenagem, ou seja, foi feita uma obra de boa qualidade, cujos resultados vão ter uma duração muito grande. Os comerciantes que trabalham na Praia da Cigana ficaram muito satisfeitos com o Prefeito Cicinho e com o Deputado Hildo Rocha, que conseguiu recursos através de uma emenda que alocamos no Ministério do Turismo.

Ainda nessa data, inauguramos também uma quadra de esportes coberta.

Outras obras ainda estão sendo feitas pelo Prefeito Cicinho, com recursos que o Deputado Hildo Rocha conseguiu, como é o caso do Centro de Convivência de Idosos. Para essa obra, consegui o valor de 500 mil reais e o Prefeito complementou com 200 mil reais. Nesse centro está sendo construída uma piscina semiolímpica. Com isso, as pessoas mais idosas vão poder fazer atividades físicas, recreativas e lúdicas, graças a esse trabalho em parceria feito pelo Deputado Hildo Rocha e o Prefeito Cicinho.

Sr. Presidente, quero falar também que ontem aprovamos parte da Medida Provisória nº 870, de 2019, e hoje concluímos essa votação.

Eu tive a oportunidade de participar da Comissão Especial que analisou a proposta de reforma administrativa do Governo Bolsonaro. Como Parlamentar, apresentei 22 emendas a essa medida provisória. Essas emendas foram aproveitadas. Entre



elas, estava a emenda que coloca a FUNAI no seu devido lugar: o Ministério da Justiça, que é comandado pelo Ministro Moro, uma pessoa responsável e muito competente, que vai dar conta de cuidar das questões dos indígenas do nosso País, para que os indígenas possam exercer os direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal.

Também na noite de ontem, nós recolocamos o COAF no Ministério da Economia, Pasta na qual o conselho foi criado em 1998.

Todos os países do mundo têm uma unidade de inteligência financeira. Isso não ocorre apenas no Brasil. Aqui temos a nossa unidade de inteligência financeira, o COAF, que foi criado através de um projeto de lei encaminhado pelo Executivo Federal na época do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O COAF é um órgão de análise que recebe informações do mercado e utiliza os sistemas da Receita Federal que informam o rendimento de cada um de nós. Portanto, esse órgão tem que funcionar de forma conjunta com a Receita Federal, que faz parte do Ministério da Fazenda, hoje denominado Ministério da Economia. Trata-se de um Ministério mais amplo, mais volumoso, cujo Ministro, nas palavras do Presidente Bolsonaro, é o "Posto Ipiranga" do Governo. Ao denominar o Ministro Paulo Guedes o "Posto Ipiranga" do Governo, o Presidente Bolsonaro demonstra acreditar que ele é uma pessoa qualificada para assumir qualquer atividade no serviço público.

Dessa forma, nada mais certo do que o COAF ficar nas mãos de um homem correto, sério, competente — entende-se que seja assim. O COAF vai ficar sob o controle desse grande economista e grande empresário, considerado uma das pessoas mais competentes do Governo Bolsonaro. O Paulo Guedes, pelo que conheço, é uma pessoa direita, honesta, e vai fazer com que o COAF funcione como tem funcionado até hoje. Através do trabalho do COAF, no ano passado, quando funcionava no Ministério da Fazenda, foram descobertas várias falcaturas feitas por quadrilhas para desviar recursos públicos. O COAF não vai ser extinto. O COAF vai ficar onde ele foi criado.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Neste momento, vamos ouvir o Deputado Kim Kataguiri, que falará pela Liderança do DEM.

**O SR. KIM KATAGUIRI** (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna, mais uma vez, falar sobre a reforma previdenciária.

Dessa vez, quero falar da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, levando em consideração os discursos dos Exmos. Parlamentares da Oposição, principalmente dos partidos que fecharam questão contra a reforma previdenciária: PT, PDT, PSB, PCdoB. Esses partidos têm integrantes que são governadores, que exercem o cargo máximo do Poder Executivo de diversos Estados, e frequentemente seus Parlamentares vêm a esta tribuna discursar contra a reforma previdenciária.

Como já apontei em diversos momentos nesta tribuna, é engraçado o posicionamento da maior parte dos Parlamentares desses partidos: não querem dialogar sobre a reforma previdenciária, numa postura antirrepublicana e irresponsável. Separo dessa maioria alguns nomes que, mesmo sendo da Oposição, ainda se dispõem a debater sobre a reforma previdenciária e reconhecem que o problema existe, que precisa ser debatido e que precisamos aprovar uma reforma. Apesar dessas exceções, a maior parte dos Parlamentares desses partidos de oposição diz que esta é uma reforma antipobre, uma reforma antipovo, como se parte do Governo Jair Bolsonaro, especialmente a parte econômica, liderada pelo Ministro Paulo Guedes, fosse malvada e só pensasse nos bancos, no mercado, no capital financeiro; como se todos os Parlamentares que estão se esforçando todos os dias para aprovar a reforma fossem canalhas. Basicamente, esse é o discurso de Parlamentares irresponsáveis da Oposição.

Vamos levar em consideração esse discurso de que esta é uma reforma ruim, uma reforma antipobre. Governadores que integram os mesmos partidos dos Parlamentares que fazem esse discurso contra a reforma previdenciária vêm a este Parlamento e, de maneira absolutamente hipócrita, exigem que aprovemos a reforma, ou seja, Governadores do PT, do PDT, do PSB, do PCdoB, enfim, dos partidos da Oposição, vêm a esta Casa, conversam com o Presidente, dialogam com os Líderes e pedem que a reforma seja aprovada. Dizem que a situação fiscal é muito complicada, que precisam renegociar dívida, que precisam de dinheiro da União, que os Estados estão quebrados. Justamente por isso, pedem que aprovemos a reforma previdenciária. Mas, quando voltam para os seus Estados, discursam contra a reforma.

Pois bem, vamos alinhar esse discurso. Estou apresentando uma emenda justamente para que os Estados governados por esses partidos de oposição fiquem fora da reforma previdenciária. Assim, Estados governados pelo PT, pelo PSB, pelo PCdoB podem ficar tranquilos.

Peço o apoio da Oposição, peço a assinatura da Oposição! Se é uma reforma péssima para o País, vamos tirar os Estados governados por V.Exas. dessa reforma. Vamos ver se vou conseguir coletar as assinaturas da Oposição para conseguir levar essa emenda à discussão na Comissão Especial da reforma previdenciária.

É muito fácil fazer um discurso irresponsável, é muito fácil chegar aqui e descer o pau na reforma previdenciária, enquanto os Governadores de V.Exas. fazem o jogo contrário, enquanto V.Exas. fazem jogo duplo, enquanto V.Exas. mentem e mascaram. Nos bastidores, todo o mundo admite que é preciso fazer a reforma, que o Estado está quebrado, que o Estado precisa renegociar dívida, que o Estado precisa de dinheiro, que o Estado não tem dinheiro para financiar serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura, mobilidade urbana. Entretanto, quando sobe à tribuna, vira leão ou, na palavra de alguns Parlamentares da Oposição, vira tigrão! Nos bastidores, é tchutchuca e pede a aprovação da reforma previdenciária; nos bastidores, vem ajoelhar para pedir orçamento; nos bastidores, vem com o pires na mão para falar que o Parlamento é irresponsável e que é preciso repassar dinheiro para os Estados; mas, na tribuna, é machão para falar que a reforma previdenciária é antipobre, que o Governo é irresponsável e que quem defende a reforma previdenciária quer que o brasileiro trabalhe até morrer, sem se aposentar.

Vamos assinar esta emenda aqui! Está pronta! O texto está aqui. Basta coletar o apoio. Venham aqui e assinem! Se quiserem, eu exponho essa emenda nas reuniões de Liderança de todos os partidos da Oposição. Faço questão de explicar ponto a ponto por que cada Estado dos senhores deve ficar fora da reforma previdenciária. *"É uma reforma cruel, uma reforma que prejudica os mais pobres, uma reforma que vai afundar o País, que vai passar à previdência privada, a tão virtuosa previdência, para a mão dos banqueiros"*. Portanto, vamos tirar os Estados governados por V.Exas. dessa reforma da Previdência, já que ela é tão ruim assim. Vão assinar ou vão expor a hipocrisia?

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero fazer um agradecimento à União das Escolas Superiores de Rondônia — UNIRON.

Muito me honra estar presidindo este Plenário no momento em que vejo, aqui à frente, estudantes da UNIRON, juntamente com o meu amigo Deputado Mauro Nazif, também de Rondônia.

Desejo grandes momentos a todos os universitários dessa grande universidade. Vou visitá-los! Deixo o meu abraço a todos os universitários e a toda a direção.

Fiquem com Deus!

Tem a palavra o Deputado Merlong Solano, por 5 minutos.

**O SR. MERLONG SOLANO** (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Lideranças do PSL estão utilizando as redes sociais para, em tom de denúncia, apontar o nome de Deputados e Deputadas que votaram ontem, aqui nesta Casa, para que o COAF voltasse para o seu Ministério de origem, o Ministério da Fazenda, agora intitulado Ministério da Economia.

Diante disso eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, reafirmar o meu voto. Votei seguindo a orientação do meu partido, o Partido do Trabalhadores, mas votaria contra ela, se ela fosse diferente, porque votei por absoluta convicção.

Quero lembrar alguns aspectos importantes a respeito desse tema.

O COAF se chama Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Não foi criado pelo Governo Bolsonaro. O COAF foi criado em 1998, quando era Presidente o Sr. Fernando Henrique Cardoso, um governo do PSDB. E, a exemplo dos países mais organizados do mundo, dos países mais democráticos do mundo, naquele momento, Fernando Henrique tomou a decisão correta de colocar o COAF no Ministério da Fazenda — agora, Ministério da Economia —, por se tratar de um órgão de inteligência financeira que acompanha as transações financeiras de todos os correntistas do País. Havendo irregularidades, ele passa as informações para os órgãos de controle, para o Ministério Público, para a própria Justiça.

Então, é preciso que isto fique bem claro: não se trata, no caso de quem votou para que o COAF volte para o Ministério da Economia, antigo Ministério da Fazenda, de ter passado um sinal de que é contra o combate à corrupção. Muito do que foi feito no País, em matéria de combate à corrupção, foi feito justamente a partir dos trabalhos do COAF, que, até 31 de dezembro de 2018, ficava no Ministério da Fazenda. E há quem, inclusive, suspeite que a decisão do Presidente Bolsonaro de transferi-lo para o Ministério da Justiça se deve até a um descontentamento, em razão de a investigação que liga o Senador Flávio Bolsonaro ao Queiroz ser resultado de informações legalmente colhidas pelo COAF e transmitidas para o Ministério Público.

Em segundo lugar, é importante dizer o seguinte: o combate à corrupção não é obra de uma pessoa. O combate à corrupção deve ser obra de toda a sociedade e de todas as instituições. Ademais, no meu modo de ver, o Sr. Sergio Moro está longe de ser uma pessoa cujo comportamento ético o torna o grande campeão do combate à corrupção. Como juiz, em muitos

casos, foi seletivo: prendeu o Presidente Lula sem provas; aceitou o cargo de Ministro da Justiça do Presidente beneficiado por sua decisão de prender o Lula. O próprio Presidente veio a público dizer que há um acordo para levar o Sergio Moro para o Supremo Tribunal Federal.

Então, senhores e senhoras, reafirmo meu voto: o lugar do COAF é no Ministério da Fazenda, é no Ministério da Economia. E democracia não se faz com casuísmos, democracia faz-se com regras estáveis. O COAF está no Ministério da Economia desde 1998. Se há alguma fragilidade no seu funcionamento, ela deve ser corrigida para que ele possa atuar ainda mais, com maior transparência e com maior rigor, no combate à corrupção.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - O pronunciamento de V.Exa. será veiculado no programa *A Voz do Brasil*. Está deferido seu pedido.

Vamos ouvir agora um baiano.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tito.

**O SR. TITO** (AVANTE - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Coronel Chrisóstomo, colegas Deputados e colegas Deputadas, está na pauta desta Casa, e será apreciada neste plenário por todos nós, a vigente Medida Provisória nº 868, de 2018, editada pelo ex-Presidente Michel Temer, que modificou radicalmente a lei nacional do saneamento básico, Lei nº 11.445, de 2007.

Modificou esta importante lei, mas para pior!

Já está consolidado em nosso País o entendimento de que a titularidade dos serviços de saneamento básico é dos Municípios brasileiros. E cabe aos Municípios, com sua autonomia respeitada, gerirem seus serviços da melhor forma, mantendo serviços adequados em favor da população, diretamente ou indiretamente, sempre buscando garantir os investimentos necessários e obrigatórios em obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água, tanto na zona urbana quanto principalmente na zona rural dos Municípios.

Está claro na Constituição Federal e em toda a legislação infraconstitucional que, mesmo sendo os serviços de saneamento básico de competência dos Municípios, também é obrigação legal de todos os três entes federativos, Municípios, Estados e União, investir em saneamento básico de forma permanente, bem como instituir políticas públicas que permitam a participação da iniciativa privada no avanço acelerado de investimentos privados nestes serviços tão essenciais, mas sempre dentro dos parâmetros legais, e não ilegalmente e abusivamente como querem fazer, se mantiverem os termos da Medida Provisória nº 868.

É responsabilidade legal de todos os Municípios brasileiros cuidar dos seus sistemas de abastecimento de água, dos seus sistemas de esgotamento sanitário, dos serviços de manejo dos resíduos sólidos, tais como a limpeza urbana, bem como cuidar dos serviços e obras de manejo das águas pluviais, as populares águas das chuvas.

Como transferir esses serviços tão peculiares aos Municípios para uma agência nacional que não possui pleno conhecimento na área, assim como não foi criada por lei para essa finalidade? Como administrar de Brasília os serviços, as obras e os preços da água, do esgoto, da limpeza urbana e das obras de micro e macrodrenagem em 5.560 Municípios brasileiros, distribuídos pelos 26 Estados e no Distrito Federal? É impossível! O que essa medida provisória propõe é flagrantemente inconstitucional, ilegal e danoso para os interesses de toda a população brasileira.

Por exemplo, retirar a competência dos Municípios de definirem a sua possibilidade de legislar sobre a sua política tarifária para os serviços de água e esgoto, que já são tão caros para a população, e transferir essa competência para uma agência nacional, a chamada Agência Nacional de Águas, só agravará a situação de milhões de brasileiros que, em muitos casos, já são tão penalizados com tarifas abusivas — as taxas de esgoto chegam ao percentual absurdo de 80% sobre o consumo da água.

Hoje já são milhões de brasileiros que não têm acesso aos serviços de água e esgoto não apenas pela ausência das obras, mas principalmente em função do inadimplemento inegociável, pelos excessivos valores das taxas e tarifas de água e esgoto cobradas da população. Imaginem se implantarem um sistema ilegal que agrave mais ainda essa realidade nacional, permitindo que os burocratas de Brasília definam os valores sem ao menos conhecer a realidade de cada Município! Isso não pode acontecer, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas.

Assim, quero aqui reafirmar o meu compromisso em defender mais obras de esgotamento sanitário para os Municípios brasileiros, sempre com uma justa política tarifária.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - O.k. O pedido para que seu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* está autorizado.

Vou seguir a ordem dos inscritos no período do Pequeno Expediente, a fim de cumprirmos a regra regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Nazif.

V.Exa. tem o tempo regimental para se pronunciar.

**O SR. MAURO NAZIF** (PSB - RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Coronel Chrisóstomo, Sras. e Srs. Deputados, vou falar para vocês o que tenho observado. Uma pessoa que não respeita a educação do seu País não merece ser Ministro da Educação.

Esse cidadão que hoje é Ministro da Educação — e olhem que eu tenho o hábito de chamar a todos com autoridade por "senhor", e essa pessoa vou chamar de "cidadão" — desrespeitou a educação do nosso País.

Hoje ele trouxe para as ruas os movimentos estudantis não apenas das universidades, mas também dos institutos federais — eu nunca ouvi dizer que os institutos federais tivessem feito qualquer mobilização. Quem está ocasionando a maior balbúrdia no País, Deputado Chrisóstomo, é esse Ministro. Quem vai sofrer com isso é o Presidente da República.

Esse Ministro, esse cidadão tem três alternativas, aliás, três não, eu diria duas alternativas e uma obrigação. Ele tem a obrigação de pedir desculpas a toda a educação do nosso País. Ele tem essa obrigação. A primeira alternativa é devolver aqueles 30% que tirou de custeio das universidades, dos institutos federais e do ensino básico e retornar esses recursos para a educação do nosso País; e a outra é renunciar. Esse Ministro merece renunciar de imediato, já está demorando muito. Não merecem respeito aquelas pessoas que não respeitam a educação do nosso País.

Encontram-se presente aqui alguns universitários. Eu fico muito contente, Deputado Chrisóstomo, de recebermos, juntamente com o Deputado Léo, universitários do nosso Estado de Rondônia, da UNIRON. Também temos aqui alunos, crianças do ensino básico, as quais eu saúdo.

Todos hoje estão perdendo com a ação desse Ministro. É lamentável que ele esteja fazendo toda essa lambança que está sendo feita.

Ministro, quem está fazendo balbúrdia com o País é você — como disse, não vou chamá-lo de senhor, porque não merece essa nomenclatura. A balbúrdia que vai acontecer no País é por causa de um cidadão: Ministro Abraham. Renuncie, tenha pelo menos a dignidade de fazer com que o País não se rebele, não entre em uma crise muito maior do que a que já nós estamos vivendo.

Tenho dito, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos a todos.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Será registrada sua fala no programa *A Voz do Brasil*, Deputado Mauro Nazif.

Com a palavra o Deputado Tito, nosso amigo da Bahia, pelo tempo de 1 minuto.

**O SR. TITO** (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, seguindo a orientação do meu partido, o Avante, que, em entendimento com outros Líderes, definiu os pontos da Medida Provisória nº 870 que deveriam ser votados a favor do Governo, votei pela redução do número de Ministérios e pela permanência do órgão COAF no Ministério da Economia.

O COAF é o órgão federal responsável por verificar as operações suspeitas ou atípicas e comunicá-las às autoridades competentes, para que instauem os procedimentos e as investigações necessárias, instruindo amplamente as ações do Governo. Sob a supervisão do Ministro Paulo Guedes, o órgão continuará fortalecido e terá condições de acompanhar as possíveis irregularidades financeiras. Assim deve ser feito.

Eu tenho votado nesta Casa os projetos do Governo Federal com muita transparência e convicção. E desejo que o Governo se encontre a cada dia, para que estabilize a economia do nosso País, garantindo mais geração de emprego e renda para a nossa população.

Quero aqui parabenizar o Ministro Paulo Guedes por seu trabalho e dizer que ele conta com a nossa confiança e apoio nesse grande desafio de buscar um equilíbrio para as contas públicas federais, garantindo e resgatando a dignidade da nossa população, na convicção de que este País tem jeito e de que a população merece dias melhores.

Obrigado, Presidente, por mais esta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Passo a palavra ao Deputado Dr. Jaziel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PL.

**O SR. DR. JAZIEL** (PL - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com alegria eu volto a esta tribuna para trazer um assunto importante.

Há dias nós vimos falando aqui sobre o REVALIDA, que tem que acontecer. Ele não pode deixar de acontecer porque é a janela ou a porta legal para que possamos receber não só os estudantes que saíram do Brasil para cursar medicina em universidades de países próximos, mas também aqueles que vêm de outros países. É a única porta que nós podemos admitir para o exercício legal da medicina sem prejuízo.

Isso não é corporativismo, não é proteção ao médico, e sim proteção a quem tem necessidade de atendimento médico. O atendimento médico tem que ser dado por excelência por alguém que teve uma formação, dedicou-se e justamente recebeu o que lhe é devido, o direito de exercer a profissão de médico.

Nós sabemos que, por trás de tudo isso, há algumas pessoas que lucram com a necessidade de haver profissionais de medicina aqui no Brasil, haja vista não ter havido um entendimento. Médicos nós temos até demais. O que está faltando é incentivo para o médico ir aonde há necessidade e também aqueles com vocação para servir em locais mais distantes, podemos admitir assim.

O fato é que isso tem que ser corrigido. Tem que haver um incentivo para o médico ir aonde há necessidade, que ele possa ter assegurado um salário digno. Já colocamos, nesta Casa, o piso salarial para ser votado. Há uma discussão muito forte sobre a regulação da carreira médica, e temos a aquiescência de todos os nossos pares que fazem parte desta legislatura e do Ministro Mandetta, que luta por isso. Estamos na luta pela atualização da tabela do SUS. Existe um grupo aqui comprometido com isso.

Então, nós temos, sim, um país propício para o profissional médico. Acima de tudo, existem muitos lugares que precisam de atendimento de qualidade. Aí, eu volto a falar do REVALIDA. E não é um REVALIDA feito de qualquer maneira, Dra. Soraya Manato. Tem que ser um REVALIDA que avalie o nível de conhecimento teórico e prático de quem quer exercer a medicina neste País. É assim em todos os países em que há responsabilidade com o atendimento médico.

Nós não baixaremos a guarda nesse sentido. Estaremos como sentinelas. Nós queremos dizer para sociedade que não vamos arrefecer e concordar que se faça um REVALIDA de qualquer maneira para atender à necessidade seja de quem for. Nós precisamos de profissionais que tenham qualificação, que tenham competência. O Brasil precisa disso. E nós entendemos que esse é o procedimento correto.

Encontra-se em minhas mãos um projeto de lei que vem lá do Senado, cujo autor é o Senador Paulo Davim. O Deputado Hiran Gonçalves, que é Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina, é o Relator desse projeto. Nós estamos aqui para pedir a união dos nossos pares que exercem a medicina, para fazermos um contato direto com outros Deputados e resolvermos essa questão.

Há muitos profissionais que foram para outros países, adquiriram o diploma e estão aí esperando. Eles têm competência, têm valor, precisam trabalhar, investiram, gastaram dinheiro num momento de suas vidas e estão sofrendo por falta de oportunidade. Tem que haver oportunidade, mas com responsabilidade, para que nós não pratiquemos crimes, não colaboremos com crimes, colocando profissionais sem a devida competência. Há uma avalanche de faculdades nos países circunvizinhos.

Nós queremos, sim, uma medicina, mas uma medicina com um serviço de excelência que atenda à população. O homem simples, a mulher simples, a criança simples precisam ser atendidos por profissionais que tenham competência.

Nós não queremos curandeiros nem rezadores. Queremos profissionais, pessoas habilitadas a exercer a medicina, e assim o fazem por vocação, conhecimento e responsabilidade.

Esse é o entendimento dos Conselhos Regionais, do Conselho Federal, da Associação Médica Brasileira e da Federação Nacional dos Médicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, mas eu volto daqui a pouco.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO DR. JAZIEL.**

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Sim, senhor, nobre Deputado.

Após os três Deputados que vão fazer uso da palavra, pois já me comprometi com eles, vamos passar para o Grande Expediente, com o nobre amigo Deputado Roberto de Lucena, de São Paulo.

Vou passar a palavra à Deputada Dra. Soraya Manato. Depois de S.Exa., vou passar 1 minuto ao meu amigo Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará, e ao meu grande Deputado Boca Aberta.

Antes, Deputada Dra. Soraya, quero desejar uma tarde maravilhosa àqueles cidadãos e cidadãs que estão ali nas galerias. Um forte abraço e que Deus nos abençoe.

Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato, do Espírito Santo.

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, boa tarde.

É com muito orgulho que fui eleita pela população do meu Estado, o Espírito Santo, dentro do projeto do PSL. Esse é o partido do nosso Presidente Jair Bolsonaro, que está tomando medidas austeras para viabilizar o País economicamente.

Primeiramente, Sr. Presidente, saúdo todas as mulheres deste País, na figura da médica e Profa. Denise Pires de Carvalho. Escolhida pelo nosso Presidente Jair Bolsonaro, a Dra. Denise será a primeira mulher a assumir o posto de Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É por isso que me orgulho de fazer parte deste projeto que mudará a face do Brasil para melhor, dando reais oportunidades para mulheres e outras minorias, com equidade para toda a população.

A proposta da Nova Previdência é um exemplo disso. Em um de seus pontos, todos se aposentarão pelo teto do INSS, diferente desta Previdência que está aí, em que poucos ganham muito. O Brasil não aguenta mais!

Tenho orgulho do meu Presidente Jair Bolsonaro e defendo todos os seus projetos para o Brasil, pois sei que são focados na transparência de atos, sempre em benefício da população brasileira.

Apoio e defendo a nova Previdência. Também apoio e defendo todos os outros projetos, como o projeto anticrime e a reforma tributária. Esses projetos, Sr. Presidente, darão a partida para um novo Brasil.

Tanto é que ontem me juntei aos 210 Deputados e votei a favor da permanência do COAF com o Ministro Sergio Moro, apesar de esta Casa ter decidido o contrário. O COAF ficará, então, abrigado no Ministério da Economia. Mesmo assim, a vitória foi de todos os brasileiros, porque conseguimos manter a estrutura do Governo Bolsonaro com apenas 22 Ministérios.

Mas, lembrando, o COAF estará bem abrigado com nosso Ministro Paulo Guedes, que, tenho certeza, fará o seu trabalho com lisura e em defesa da ética e da transparência.

Tenho orgulho de estar no partido do nosso Presidente Jair Bolsonaro.

Então, quero fazer um convite a todos os brasileiros que defendem o Brasil. Dia 26 de maio, domingo próximo, pegue sua camisa verde- amarela e vamos para as ruas mostrar que, acima de qualquer interesse, ainda é o povo brasileiro que tem a palavra.

Vamos todos para as ruas no dia 26 defender os projetos do Presidente Jair Bolsonaro, defender os projetos para o Brasil. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado amazônida, Coronel Chrisóstomo.

Eu queria expressar uma preocupação. Eu estou aqui diante do Presidente da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar.

O Plano Safra sofre uma crise, pois já há ausência de recursos. Mas o problema é a matéria que o jornal *Valor Econômico* publicou hoje com uma foto da nossa Ministra da Agricultura, em que diz que a área econômica quer aumentar de 2,5% para 4,6% os juros do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF.

Então, Srs. Deputados, para além de ideologia e de ser ou não da base de apoio do Governo, há de se reconhecer que a agricultura familiar tem um papel estratégico no desenvolvimento do País.

Para se ter uma ideia, enquanto a agricultura familiar, no último PRONAF, permitiu o acesso a 20 bilhões de reais, a grande agricultura ou agronegócio alcançou, segundo a matéria, 191 bilhões de reais. Então, já há um tratamento desigual.

Apesar de o agronegócio ter acesso a dez vezes mais recursos do que a agricultura familiar, a agricultura familiar produz mais de 50% dos alimentos do País e garante 70% dos empregos no campo. O agronegócio trabalha com capital intensivo, são máquinas monumentais para fazer tanto o plantio quanto a colheita.

Então, vamos valorizar a agricultura familiar e não o aumento dos juros.

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES) - Presidente, gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - O seu pedido será atendido. Seu pronunciamento será veiculado no programa *A Voz do Brasil*.

Vou passar a palavra ao Deputado Boca Aberta. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Camilo Capiberibe.

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que, alguns dias atrás, o Governador do Estado do Amapá convidou representantes de sindicatos para uma reunião e anunciou que neste ano não vai ter nada de reposição inflacionária. Apesar de o Governador ser de um partido de centro-esquerda, o PDT, ele tem uma atitude de direita, de austeridade. Disse que não vai ter reposição inflacionária e que pretende fazer privatizações.

O Amapá, que é um ex-Território, tem a sua economia fortemente baseada no poder de compra do servidor público. Como se encontram os servidores nesse momento? Sem reposição inflacionária e sem aumento há mais de 4 anos. Com isso, a economia sofre.

Eu quero dizer que a crise no Amapá vem das políticas implementadas pelo Presidente Temer, pelas políticas atuais, políticas do Governador Waldez Góes.

E mais: os professores entraram em greve, o que é lamentável, porque as crianças do Estado do Amapá vão ser prejudicadas. A educação, infelizmente, não é das melhores do País. Com uma greve nesse momento, certamente esses índices vão piorar, sem contar que pais e mães vão ficar numa situação de muita dificuldade, porque as crianças, não indo para a escola, ficam em casa. Isso é um grande problema.

Então, Sr. Presidente, eu quero registrar meu repúdio a essa atitude que prejudica a economia, prejudica as famílias, prejudica a educação e prejudica as nossas crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Com a palavra ao Deputado Boca Aberta.

**O SR. BOCA ABERTA** (PROS - PR. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas. Voltamos.

De manhã, dei umas duas pauladas aqui. Falei aqui do auxílio-mudança, e — Vixe Maria! — quatro ou cinco Deputados se rebelaram, fizeram um motim e quase voaram no meu pescoço. Mas eu não fui eleito para agradar Deputado, não. Também não fui eleito para agradar Deputada, não. Fui eleito para agradar o povo. O resto é bijuteria e perfume.

E eu vou falar! Enquanto Deus colocar ar nos meus pulmões, eu vou falar a verdade rasgada, sem maquiagem, sempre pautado pela verdade, falando o que o povo tem vontade de falar, mas não tem oportunidade. Só vão calar a minha voz, Sr. Presidente, no dia em que meterem bala no Boca Aberta: pá-pá-pá-pá-pá-pá-pá. Só vão me calar quando meterem bala no Boca Aberta e me mandarem para debaixo da vala. A minha cara já quebraram. Deram-me um murro que quebrou o meu nariz e arrancou a lateral direita, Sr. Presidente. Estou sem o "Roberto Carlos" aqui, mas não tem problema. Nós vamos implantar outro, Deputado.

Pois bem, na semana passada, eu falei aqui dessa empresa excomungada toda a vida, a tal da Soberana Segurança e Vigilância.

Atenção, Srs. Deputados e Sras. Deputadas! Essa empresa deu um calote, grande Deputado Marcel Van Hattem, nos vigilantes desta Casa que fazem a nossa segurança! Tomaram um calote do tal do Índio.

Ei, Índio, você não tem vergonha na sua cara não, rapaz? Venha aqui, Índio, vamos acender o cachimbo da paz. *"Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça; manda a fumaça do cachimbo pra cachola; acende, puxa, prende, passa; índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça"*. Índio, vem aqui, rapaz! Você levou mais de 6 milhões desta Casa, ou seja, no contrato firmado com você, com a empresa Soberana.

Semana passada, eu dei uma paulada, uma pirueta, uma girandola, um rabo de arraia, um mortal, e foi depositado, Srs. Deputados e Deputadas, o salário atrasado. Mas, porém, contudo, entretanto, todavia, o tal do Índio, que, diga-se de passagem, saiu candidato a Deputado Distrital, grande Deputada Soraya, levou um pé na bunda aqui, foi aposentado da

vida pública. Tentou sair candidato, mas o povo disse: "*Não, nós não queremos você*". E agora — pasmem os senhores! — não depositou o FGTS.

É muito grave o que está acontecendo aqui na Câmara dos Deputados. Esses vigilantes ajudam a pagar o meu salário, o seu salário, Deputada. É através dos impostos deles e do povo brasileiro que nós estamos aqui recebendo 33.700 reais por mês. Então, vamos defender os trabalhadores e trabalhadoras. Vamos defender os trabalhadores e trabalhadoras que ganham um salário de fome aqui na Casa e ainda tomam um calote desse tal de Índio. Cadê a polícia? Cadê a 1ª Secretária, com todo o respeito?

Estou com o contrato aqui na mão, Deputada Soraya. Atenção: "*Cláusula Décima Primeira — da Garantia Contratual. Para segurança do cumprimento de suas atribuições, a contratada*" — ou seja, a empresa Soberana, do Índio — "*prestará garantia de R\$1.231.776,97 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos) (...)*".

Então, para que serve esse contrato aqui, Deputado, Deputada? Só para limpar a bunda e jogar na lata do lixo? É para isso que serve? Vamos respeitar o povo. Vamos respeitar os trabalhadores aqui, vigilantes desta Casa. Salvo engano, salvo melhor juízo, Sra. Deputada, eles são pouco mais de 250 pessoas.

Pois bem, essa briga não é mais somente dos vigilantes, não. Essa briga é minha, do Boca Aberta, e quero crer que seja de todos os Deputados. Se não acertarem o salário e as verbas rescisórias, nós vamos chamar a polícia e vai todo mundo para a delegacia.

Beijo no coração.

Desejo a paz de Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Tem a palavra o Deputado Célio Moura, por 1 minuto.

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores está discutindo o seu processo de eleição interna, o PED — Processo de Eleições Diretas. Nesse final de semana, juntamente com o Deputado Estadual Zé Roberto, Presidente do PT de Tocantins, nós visitaremos a cidade de Figueirópolis, amanhã, sexta-feira, às 19 horas. No sábado, estaremos na Associação dos Agricultores de Alvorada e, à noite, nós estaremos na Câmara Municipal de Alvorada, discutindo o PED e também a reforma da Previdência. No domingo de manhã, às 8h30min, estaremos em Formoso do Araguaia, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e às 14h30min, em Dueré.

Para concluir, eu gostaria de convidar todos os militantes do Partido dos Trabalhadores e os simpatizantes do partido para o Processo de Eleições Diretas do Partido dos Trabalhadores. Convido todos os companheiros de Alvorada, Talismã, Dueré e Formoso do Araguaia.

O nosso candidato no Tocantins é o atual companheiro e Presidente Zé Roberto, candidato à reeleição, militante antigo do Partido dos Trabalhadores, Deputado por três mandatos. Ele, que foi Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA durante 6 anos, no Estado do Tocantins, é um companheiro de fibra, um companheiro preparado, a quem deixo o meu abraço, bem como à Deputada Amália Santana, Deputada Estadual da cidade de Colinas, a toda a militância do Partido dos Trabalhadores de todos os Municípios e de todos os Diretórios do Partido dos Trabalhadores em Tocantins.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Quero aproveitar a oportunidade em que vejo cidadãos e cidadãs no plenário da Câmara para desejar a todos uma boa tarde. Que sejam muito felizes no Congresso Nacional!

### GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Deputado Roberto de Lucena, do Podemos de São Paulo, pelo Grande Expediente.

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro, estamos completando 5 meses de posse do novo Governo e 4 meses do início desta legislatura, a 56ª Legislatura. Falta pouco mais de um mês para a conclusão do primeiro semestre deste ano de 2019, e uma foto deste momento histórico nos revela o cenário absolutamente preocupante: estamos atolados numa crise, que não é uma crise do Governo Bolsonaro, mas uma crise do Brasil, construída ao longo de décadas, através de apostas de alto risco, aliás, de altíssimos riscos, apostas que não deram certo, e também indecisões que se demonstraram equivocadas ao longo dos anos. O problema tão sério quanto a própria crise em si é o tempo e a energia investidos na investigação da gênese da crise, da



gênese da catástrofe, da paternidade da crise, na busca de um culpado para ser chamado de seu. Isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não nos ajudou até agora, não nos ajudou até este momento e não nos levará a lugar algum.

Pelo amor de Deus, o apelo que faço a V.Exas. é que esse processo inflamatório seja interrompido a partir desta Casa, processo inflamatório que toma conta do Brasil! Os que investem na desunidade, na divisão do povo brasileiro, através do discurso do ódio e do discurso da intolerância, são assassinos do amanhã, que juramos entregar aos nossos filhos e aos nossos netos. Não haverá do que nos orgulhamos no futuro, em relação ao que estamos fazendo aqui hoje, a não ser que nós definitivamente tenhamos consciência e, numa atitude lúcida, possamos admitir como única lâmina da divisão a honestidade: não direita ou esquerda, mas honestidade; não ricos e pobres, mas honestidade. É assim que o Brasil se divide. Há dois lados: de um lado, os desonestos; do outro, os honestos. E os honestos são a maioria absoluta do povo brasileiro. A honestidade é o valor que nós queremos e devemos promover como fator de distinção.

Temos, promovendo o valor da honestidade, que olhar e enfrentar os debates colocados nesta Casa, debates urgentes, compromissos deste Parlamento com a sociedade brasileira, na perspectiva da honestidade. Temos que ser honestos com relação a esta crise que enfrentamos.

No dia 16 de abril de 2016, véspera do fatídico dia em que esta Casa votou o *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff — eu votei a favor —, ocupei esta mesma tribuna e chamei a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para o fato de que ninguém podia alimentar a ilusão de que no dia seguinte à soberana decisão deste Plenário todos os problemas deste País estariam devidamente solucionados. Eu ponderei que teríamos pela frente um caminho árduo, um caminho difícil; que teríamos, enquanto sociedade brasileira, que tomar um remédio amargo; que a crise instalada e colocada diante de nós era uma crise multifacetada e complexa. Tratava-se, Sr. Presidente, por assim dizer, de uma crise política, uma crise moral, uma crise ética, uma crise econômica, uma crise social.

Naturalmente, Deputado Edmilson Rodrigues, vencemos alguns importantes obstáculos desde então. Controlamos a inflação, que já estava em dois dígitos, e superamos a depressão econômica. Mas como estamos hoje? Vamos olhar a questão do emprego e da renda.

A taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,7% no trimestre encerrado em março, atingindo 13,4 milhões de pessoas, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. A taxa de subutilização da força do trabalho atingiu 25%, número recorde de 28,3 milhões de pessoas desempregadas ou desalentadas. Os números do IBGE mostram que houve queda tanto no emprego formal quanto no informal e que a concentração de renda e de riqueza no nosso País vem aumentando.

Eu fico aqui, Sras. e Srs. Deputados, imaginando o que pensam de nós essas quase 30 milhões de pessoas desalentadas, quase a população inteira da Venezuela, a nossa Venezuela particular, que não tem trabalho, não tem renda, não tem universidade, não tem aposentadoria. Não haverá mudança, não há perspectiva de mudança desse quadro, nem de justiça social, sem a recuperação econômica. E não haverá recuperação econômica sem que nós façamos o nosso dever de casa, sem que nós enfrentemos as reformas estruturantes de que o País precisa. E refiro-me não somente à reforma da Previdência, Deputado Delegado Waldir — dirijo-me a V.Exa., que é Líder do Governo e Líder do PSL aqui na Câmara dos Deputados —, mas também à reforma tributária e à reforma política.

É desonesta a afirmação de que a Previdência Social é a vilã do equilíbrio fiscal, bem como dizer que ela, sozinha, é a solução para todos os nossos problemas. É evidente que ela precisa ser enfrentada e aprovada, uma reforma que seja justa, equânime, que combata os privilégios, mas também precisamos fazer uma revisão na dívida pública, que compromete a maior parte do bolo do Orçamento da União, aliás, quase o dobro do que consome a Previdência Social. Então, como falar de reforma da Previdência sem falarmos em conter a dívida, em revisarmos a dívida pública e negociá-la.

Como podemos agir como um pai que se senta à mesa com a sua família e diz que eles não comerão, porque primeiro ele vai pagar os juros para o banco, os juros da sua dívida. Tem que alimentar os filhos e, ao mesmo tempo, negociar com o banco, fazer as duas coisas: assumir o seu papel e ter responsabilidade como chefe da família, como provedor, mas assumir o seu compromisso, a sua integridade, e tratar com a instituição.

O pagamento da dívida pública hoje funciona desta forma: se entrou o dinheiro, primeiro se pagam aos bancos e aos investidores, e o que sobra é para administrar o País. A dívida hoje é sagrada, mais sagrada que a saúde da população, que a educação das nossas crianças e jovens, que o emprego dos nossos trabalhadores. Eu pergunto a V.Exas.: é a coisa mais sensata a fazer?

Eu não estou pregando aqui o calote, absolutamente. Nunca! Isso deve ser banido do cenário, de qualquer hipótese, de qualquer possibilidade. Pelo contrário, nós devemos assumir os nossos compromissos, honrar os compromissos do Estado. Estou aqui é chamando a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para o fato de que a dívida pública não entrou

na PEC dos Gastos. A nossa dívida primária entrou. Os nossos compromissos primários entraram. Entrou a saúde, entrou a educação, entrou a segurança, mas a dívida pública ficou de fora da nossa PEC dos Gastos Públicos.

Precisamos, sem dúvida nenhuma, enfrentar a tese, a discussão da reforma da Previdência. Mais do que discuti-la, porque já estamos discutindo-a aqui há muito tempo, precisamos fazer a reforma da Previdência. Precisamos garantir a solvência do Estado, a estabilidade das contas públicas. O nosso compromisso com o Brasil, com o futuro, deve estar posto acima do compromisso com as nossas ideologias, com as nossas agremiações partidárias. Contudo, ao mesmo tempo em que fazemos a reforma da Previdência, compreendendo que ela, por si, não será solução absoluta, nós precisamos fazer a reforma fiscal. Nós precisamos cobrar aos grandes devedores da Previdência, do INSS, a dívida. Nós precisamos revisar a carteira de imóveis. Grande parte deles estão inclusive sem utilização, obsoletos. Há imóveis do INSS, da União, que podem perfeitamente, neste momento, colaborar para a diminuição do eventual déficit da Previdência. Precisamos enfrentar esses temas com o olhar para o futuro, mas, quando olhamos para o futuro e assumimos que temos esse compromisso com o nosso amanhã, nós não podemos nos esquecer de que não haverá futuro sem a educação.

Nesta semana, houve aqui debates acalorados, importantes. O Ministro da Educação veio a este Plenário e depois à Comissão de Educação, da qual faço parte como membro suplente. Veio para discutir e trazer as propostas do Ministério da Educação e a sua tese de que nós precisamos agora investir prioritária e fundamentalmente na nossa educação básica. Quero dizer que estou encorajado, que estou comprometido com a tese defendida por essa nova gestão, pelo Ministro Abraham, que aqui discutiu o contingenciamento oferecido à educação, comprometido com esta Casa a encontrar caminhos, junto com o Governo, para que seja feita uma compensação, a fim de que os hospitais federais ligados às universidades federais não sejam penalizados e alguns deles não tenham as suas atividades encerradas.

Não há futuro sem educação. O compromisso desta Casa, o compromisso deste Congresso Nacional, o compromisso do Governo, que trabalha com uma visão de Estado, olhando para o futuro, deve ser o de priorizar a educação. Mas não somente isso. Nós temos um *menu* que precisamos trabalhar concomitantemente. É preciso investir na educação e recuperar a nossa saúde, não apenas com orçamento, com recurso, mas com capacidade de gestão, com eficiência na aplicação do dinheiro público, com enfrentamento à corrupção.

Alegro-me de ter ontem vivido com as Sras. e Srs. Deputados uma data histórica em que, apesar de não fazer parte do grupo de vencedores, fiz parte dos 210 Deputados Federais que votaram neste plenário para que o COAF permanecesse sob a égide do Ministério da Justiça e o controle do Ministério Moura, na agenda nacional de combate à corrupção.

Vou caminhando para a conclusão das minhas ponderações nesta tarde. Nesta oportunidade, consciente da nossa responsabilidade com o Brasil do presente e com o Brasil do futuro, quero declinar a minha esperança no futuro, a minha esperança no Brasil e a minha convicção de que temos caminhos. O Brasil é maior do que qualquer crise que o acometa, que o prenda, que prenda os seus tornozelos. Nós temos absoluta condição de romper os grilhões desta crise e lançarmos, no retrovisor da história, este momento que estamos vivendo.

Eu tenho dois filhos. A minha filha, Melissa, tem 33 anos. O meu filho, Renan, tem 28 anos. Eu tenho três netos. A minha neta Lívia tem 11 anos e completa 12 anos neste ano. A minha neta Lorena tem 3 anos. Recentemente, há 2 meses, nasceu o meu neto caçula, o Lorenzo. Eu me nego a acreditar que, daqui a 20 anos, quando os meus netos estiverem vivendo neste País como adultos, eles não estarão vivendo num país mais organizado, mais eficiente, mais desenvolvido, melhor, com menos corrupção do que a que nós estamos vivendo no Brasil de hoje. Essa é a razão da nossa luta, a motivação que nos faz estarmos nesta Casa. Assumimos compromissos de palmilharmos essa estrada difícil, de vencermos os desafios que nos são colocados e apresentados, porque nós temos compromissos com aquela geração.

Hoje tenho 53 anos. Daqui a 20 anos, terei 73 anos, e meus netos terão 20 anos a mais. A Srta. Lívia terá 32 anos. Eu tenho certeza de que a nossa luta não será ingloria, no entanto precisamos não abdicar, não abrir mão dos compromissos de hoje, da responsabilidade que temos que ter com o País.

A Bíblia Sagrada diz: *"Não havendo lenha, o fogo se apaga"*. É mais do que hora de nós tirarmos a lenha do fogo da intolerância, do desrespeito, da falta do debate, da falta do diálogo e da falta de compreensão. É hora de darmos as mãos, Deputado Edmilson Rodrigues, por cima dos muros que nos dividem, e entendermos que somos todos uma só nação, um só povo, que estamos no mesmo no mesmo barco e que devemos remar juntos na direção do futuro que escolhemos, do horizonte que buscamos, do Brasil que desejamos e do sonho que defendemos.

E aqui, nesta oportunidade, quando caminho para concluir as minhas palavras, apelo às consciências de V.Exas. para que possamos perseguir esse alvo e esse objetivo.

Que Deus nos ilumine, nos dê a sabedoria. Que nós possamos lutar juntos para que o Brasil dê certo — o Brasil que não é o Brasil de Bolsonaro, o Brasil que não é o Brasil de nenhum de nós individualmente; pelo contrário, é o Brasil de todos nós, o Brasil que somos todos nós. Se o Governo Bolsonaro fracassar, fracassamos todos nós, sofreremos todos nós.

Portanto, alegro-me em apoiar, juntamente com a bancada do Podemos, as iniciativas do Governo que são boas para o País, mas, com senso crítico, questionar aquelas que entendemos que colocam este barco em mares difíceis, em mares encapelados. Estaremos aqui para votar, para ajudar, para trabalhar, para lutar pelo Brasil, para lutar pela unidade nacional e, acima de tudo, para buscarmos, juntos, o caminho que precisamos trilhar para termos um Brasil cada vez mais justo, um Brasil cada vez melhor, mais organizado e mais eficiente.

Que Deus nos abençoe! Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus nos ilumine e nos ajude!

Que o Brasil — o Brasil que amamos, o Brasil que desejamos, o Brasil que queremos — nasça como fruto do esforço de todos nós, da unidade dos brasileiros. Nasça como resultado das nossas utopias, do nosso compromisso com a verdade e com a justiça, do nosso compromisso com os valores que devem nortear a nossa caminhada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Deputado Roberto de Lucena, deixei registrada uma parte da sua fala e vou guardá-la comigo. E a direi agora ao meu Líder do PSL, o Deputado Delegado Waldir: "*Se fracassarmos, fracassamos todos, fracassa o Brasil*".

**O SR. DELEGADO WALDIR** (PSL - GO) - Sr. Presidente, V.Exa. pode me conceder 1 minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo 1 minuto ao nosso Líder do PSL, o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DELEGADO WALDIR** (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, brasileiras e brasileiros que nos assistem, eu queria fazer uma denúncia. Nesta semana, recebemos o Ministro da Educação na Comissão Especial. Um Deputado da Oposição, gravando um vídeo, fez uma fraude, usando uma fala minha em que eu criticava o Governo do PT na Bahia, dizendo que aquele Governo era um lixo. Ele fez uma montagem. É um Deputado que já processei no Conselho de Ética e me ama. Fez uma fraude, fez uma *fake news*, disse uma mentira. Disse que eu atacava o povo baiano.

O povo baiano é um povo maravilhoso, trabalhador, diferenciado! Tem o ACM Neto, que faz um trabalho espetacular em Salvador, tornando aquela uma das cidades mais turísticas do País. Contudo, o restante do Estado da Bahia está abandonado, não tem esgoto, não tem segurança. As pessoas estão morrendo por falta de médico e de medicamento. As universidades estão em greve. O Estado está num caos político.

Portanto, o Governo da Bahia é um lixo; o povo baiano é um povo maravilhoso, meu Presidente, é um povo maravilhoso! Mais uma vez, esse grupo de Parlamentares da Bahia vem aqui e prega mentiras, faz uma covardia. Contudo, eles podem ficar tranquilos. Com o ibope que eles estão me dando lá na Bahia, eu acho que não vou ser mais candidato a Governador de Goiás, não: vou ser candidato a Governador da Bahia, para poder acabar com a bagunça, com a baderna, com a corrupção que esses Governos do PT fizeram na Bahia.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - No Pará, eu não deixo. No Pará, V.Exa. não entra.

**O SR. DELEGADO WALDIR** (PSL - GO) - Acabaram com a Bahia! É corrupção pura! É bandidagem! O povo baiano não merece os Parlamentares que tem, não merece, principalmente porque vêm a esta Casa para plantar mentiras e criar *fake news*.

Sr. Presidente, eu queria agradecer a grande publicidade que os Parlamentares me deram. Até o Governador da Bahia fez um tuíte em minha homenagem. Obrigado!

Vou ser concorrente. Vou ser candidato a Governador da Bahia. E nós vamos consertar a Bahia, em segurança, saúde, educação. O povo baiano vai ser tratado de forma diferente. Aqui fica a verdade em relação ao povo baiano, que eu conheço muito bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Henrique, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o assunto que eu gostaria de tratar nesta tarde é educação. Aliás, nesta semana, tivemos nesta Casa episódios lamentáveis, como os que aconteceram

ontem durante a estada do Ministro da Educação na Comissão de Educação, com agressões aos estudantes universitários e estudantes secundaristas.

Eu queria me solidarizar também com a minha colega Deputada Tabata Amaral, do meu partido PDT, pela covardia com que foi tratada pelo Ministro da Educação, que expôs *prints* de conversas feitas pelo telefone pessoal, numa tentativa clara de intimidar a Deputada Tabata Amaral, que se tem destacado pelo Brasil afora por sua luta em defesa da educação.

Somado a isso, nós temos os problemas dos cortes de verbas, tão amplamente debatidos nesta Casa. Eu queria me referir às unidades educacionais federais no meu Estado de Sergipe, inclusive ao Instituto Federal de Educação, que presta um grande serviço em várias cidades do Estado, inclusive na minha cidade de Nossa Senhora do Socorro. Eu queria falar da Universidade Federal de Sergipe.

Como sergipano, nós temos orgulho da Universidade Federal de Sergipe, a nossa universidade, que já formou gerações e gerações. A universidade hoje tem 30 mil alunos, 30 mil brasileiros que escolheram a minha terra Sergipe para viver. Dos 100 milhões que estão destinados no orçamento da Universidade para custeio no ano de 2019, o corte atinge 30 milhões de reais.

Eu pessoalmente, na última segunda-feira, fui conversar com o Reitor da Universidade, o Prof. Angelo Antonioli para saber de perto quais serão as consequências deste corte na nossa querida universidade. O Professor me disse que somente até setembro haverá recursos orçamentários assegurados.

Ora, Sr. Presidente, nós não podemos mudar a regra do jogo com o jogo em andamento! No início do ano, o Governo deveria ter dito: "*Olha, o que você vai ter para custeio é xis*". Foi feito um planejamento em cima daquilo que era estabelecido como orçamento, que agora é cortado. Em setembro, a Universidade Federal de Sergipe vai parar. Trinta mil alunos vão ficar sem aula.

A nossa universidade tem 48 programas de mestrado, nove programas de mestrado profissionalizante, 19 programas de doutorados e cinco *campi*: em Aracaju, a capital, em Itabaiana, em Lagarto, em Nossa Senhora da Glória, que fica no Sertão sergipano, e em Laranjeiras, cidade da região da Grande Aracaju. Além disso, dos 40 hospitais universitários que existem no Brasil, dois estão no meu Estado de Sergipe, um deles em Aracaju, que atende a milhares e milhares de sergipanos pobres, que não têm um plano de saúde ou não têm dinheiro para pagar e socorrem-se do hospital universitário. O hospital também vai parar. Além deste do *campi* de saúde, também vai parar o hospital universitário da cidade de Lagarto, hospital que atende a muitos outros sergipanos.

Portanto, Sr. Presidente, nós gostaríamos de manifestar aqui tristeza, como cidadão sergipano, pela forma com que a educação pública no Brasil está sendo tratada: com preconceito, com discriminação, com agressão. Foi o que aconteceu ontem nesta Casa.

Como já disse a minha colega Deputada Tabata Amaral, no dia de ontem, ao Ministro da Educação, não há país desenvolvido em que não haja investimento em educação. Educação não é de direita, educação não é de esquerda, educação não é de centro: educação é do povo brasileiro.

Portanto, fica aqui registrada a nossa tristeza em saber que em setembro a Universidade Federal de Sergipe vai parar por falta de dinheiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que a nossa fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

### COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Passa-se às Comunicações Parlamentares.

Vamos ouvir o Deputado Sergio Vidigal. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

**O SR. SERGIO VIDIGAL** (PDT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Coronel Chrisóstomo, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que estão neste momento nos assistindo pela *TV Câmara* e nos ouvindo pela *Rádio Câmara*, internautas, primeiramente quero registrar que, nesta tarde, uso esta tribuna num momento muito especial da minha vida, porque hoje, dia 23 de maio, comemora-se o Dia da Colonização do Solo Espírito-Santense.

Talvez poucas pessoas, quando olham um mapa, conseguem localizar o Espírito Santo, mas eu tenho convicção de que, depois da nossa fala, veremos que para o crescimento deste País concorre a participação efetiva do nosso Estado do Espírito Santo.

No dia 23 de maio de 1535, desembarcava na hoje Prainha de Vila Velha, conhecida como Vila do Espírito Santo — e o nome é Espírito Santo porque aquele 23 de maio era um domingo do Espírito Santo —, o fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, um homem vivido na navegação, que já tinha ido à África e à Índia, e recebeu de Dom João III a capitania

hereditária que era o Espírito Santo. E o Espírito Santo tem uma história de muita resistência. Vasco Fernandes, ao chegar ao Espírito Santo, viu que em nosso Estado tínhamos várias tribos indígenas. Hoje eu fico observando, Deputado Edmilson Rodrigues, que essas tribos indígenas nos ajudaram muito para que este País não fosse tomado pelos estrangeiros já naquela época, lá atrás. As tribos indígenas resistiram à ocupação, resistiram bravamente à ocupação. Estavam lá os índios botocudos, aimorés, goitacazes. E Vasco Fernandes Coutinho, que achou que era um presente do Rei a Capitania do Espírito Santo, viu que fora um castigo para ele, porque teve que gastar todos os bens que tinha para tentar manter a vila, e morreu pobre e desvalido.

Mas o Espírito Santo não para aí. O Espírito Santo começa a receber a imigração europeia. Recebemos italianos, recebemos alemães, e o Estado iniciou um projeto interessante, com a agricultura familiar, as pequenas propriedades. E o Estado do Espírito Santo começou a ser o maior produtor de café do nosso País, naquela oportunidade. O café do Espírito Santo, naquele momento, chegou a representar 95% do PIB do nosso Estado. Isto exigiu que o Espírito Santo investisse principalmente na área portuária. Houve a implantação de portos e ferrovias.

O nosso Estado, de lá para cá, tem demonstrado que é aguerrido nas suas lutas. Quero lembrar que a primeira revolução abolicionista do Brasil, antes da abolição da escravidão, aconteceu no Espírito Santo, exatamente na região de Queimados, no Município da Serra, em 1849, o que mostra que o Estado do Espírito Santo é um Estado de resistência, é um Estado de persistência. Isso nos deixa muito felizes e, por essa razão, sinto-me muito à vontade de falar do nosso Estado e da importância que representa hoje para a Nação. É um Estado que tem uma atividade portuária muito forte. O comércio exterior participa efetivamente da atividade econômica do Espírito Santo. Somos hoje o segundo maior produtor de café do Brasil e o maior produtor de ovos do País, produzidos na nossa cidade pomerana de Santa Maria de Jetibá. Somos hoje o maior produtor e exportador de rochas ornamentais do País. Mais de 50% da produção e exportação das rochas ornamentais do País advêm do Espírito Santo.

Porém, em 2012, o Espírito Santo sofreu um revés muito grande, porque nós perdemos um incentivo na importação, o FUNDAP — Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias. Posteriormente, veio a crise do petróleo. Mas eu quero falar do Espírito Santo como gestão pública, que é o tema mais importante para se falar do Espírito Santo.

Talvez os senhores tenham assistido recentemente à atribuição de notas, pelo Tesouro Nacional, para as contas públicas de cada Estado. O Espírito Santo recebeu a nota A. Perdeu o FUNDAP, houve queda no valor do petróleo, mas o Estado não desorganizou suas contas. De 2002 para cá, o Espírito Santo tem tido um cuidado muito especial, através de seus gestores, ao fazer uma gestão transparente, limpa e de qualidade para a população.

Eu até gostaria de fazer um apelo ao Governo Federal, porque todas as vezes que votamos projetos nesta Casa para criar benefícios e arranjar recursos, sempre ajudamos aqueles que não fazem seu dever de casa. Aliás, esta é uma prática no Brasil: aquele que não é um bom pagador é anistiado; aquele que cumpre suas obrigações é esquecido e, às vezes, até penalizado. O Espírito Santo cumpriu o seu papel.

A prova disso são os nossos resultados. O menor índice de mortalidade infantil do Brasil é do Espírito Santo, 8,4 para cada mil nascidos vivos. Recentemente, saiu a avaliação do ensino médio. A melhor nota de ensino médio do País, com todo o respeito que temos por Pernambuco, foi a do Espírito Santo. Reduzimos drasticamente os índices de violência no nosso Estado. Tudo isso é fruto de planejamento e, diga-se de passagem, sem nenhuma contribuição especial por parte do Governo Federal.

Estou falando tudo isso porque nós capixabas temos que sentir orgulho. Por isso estou nesta tribuna hoje, para falar da minha felicidade, da minha satisfação de ser capixaba! Até os Parlamentares que o Espírito Santo, ao longo dos últimos anos, tem mandado para esta Casa têm honrado o nosso País e têm honrado o nosso Estado.

Portanto, para mim é muito importante vir falar da data de hoje, dia 23 de maio. Há 484 anos, começamos por Vila Velha. Ao se implantar a Ilha de Vitória, que se chamou Vila Nova e hoje é a capital do Espírito Santo, Vila Velha passou a receber este nome, porque foi a primeira vila implementada no nosso Estado.

Quero parabenizar nossos governantes e nossa população! É uma população aguerrida, que recebeu a imigração europeia. E a nossa grande vantagem é que, quando houve a abolição da escravidão, acabaram-se os latifúndios. Hoje, 90% das áreas territoriais rurais do Espírito Santo são de agricultura familiar e de grandes cooperativas, após a imigração europeia, com imigrantes advindos da Itália, da Alemanha, da Suíça e de outros países. Nós também recebemos, com muito carinho, muitos conterrâneos e baianos, e mineiros e pessoas de outros Estados que lá chegam. Lembro que, em determinado momento, o Espírito Santo chegou a fazer parte da Capital brasileira, que era Salvador. Era anexado à Bahia naquela oportunidade.

Está aí a história de um Estado que deu certo, de um Estado que tem mostrado a sua eficiência e a sua competência em gestão pública, não com discursos, com resultados. Porque o melhor resultado para avaliar a gestão pública são os índices do Estado, principalmente os índices das políticas sociais.

Eu quero parabenizar o Espírito Santo, que, de 20 anos para cá, tem demonstrado comprometimento e transparência na aplicação de recursos públicos. Hoje nós temos no Estado atividade econômica diversificada. O Espírito Santo tem dado exemplo até para os nossos Estados vizinhos, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, que passaram por dificuldades e até hoje não conseguiram realmente se recuperar. E o Espírito Santo está lá para oferecermos como exemplo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que hoje também se comemora no nosso Estado o transcurso dos 129 anos do nosso *Diário Oficial*. O *Diário Oficial* do Espírito Santo é o segundo mais antigo do Brasil. Ele foi implementado ainda na época da Monarquia. Hoje ele é todo digitalizado e está presente em 78 Municípios do Estado. Para mim, isso não é nenhuma surpresa, porque essa é também uma prática de gestão pública do Estado do Espírito Santo.

Quero agradecer por este momento e parabenizar todos os capixabas, os capixabas que nasceram no Espírito Santo e os que foram para o Espírito Santo. Hoje somos mais de 4 milhões de capixabas. Se olharmos no mapa, vamos ver que, na verdade, o Estado até passa despercebido, devido ao seu tamanho e a sua localização, mas quero dizer para todo o País que não se consegue falar do Brasil sem se lembrar da importância do Espírito Santo.

Parabéns a todos os capixabas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Muito bem, Deputado.

Quero, antes de passar a palavra ao próximo orador, dar boa tarde aos nossos patrões, ao povo, aqui representado por estudantes, por jovens e por cidadãos e cidadãos brasileiros.

Passo a palavra ao Deputado Dr. Jaziel. Em seguida, falará a Deputada Adriana Ventura, por São Paulo. Depois vamos ouvir a Deputada Erika Kokay.

**O SR. DR. JAZIEL** (PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero também cumprimentar os estudantes que ocupam esse espaço importante da Casa do Povo.

Eu queria falar de um assunto importante, do FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação .

Nesta Casa foi criada uma Comissão Especial, que está trabalhando e tem como Relatora a mui digna Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Esse fundo tem relevância porque financia a educação básica: 63% dos recursos do financiamento da educação básica vêm do FUNDEB. Esse fundo está com o prazo de validade contado, o ano de 2020, depois de uma duração de 14 anos.

Esta Casa aproveita este momento propício em que dispõe de Deputados e Deputadas que têm sensibilidade, que vêm a educação como única saída ou como uma das mais importantes para o nosso desenvolvimento, e analisa uma proposta de emenda à Constituição, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com várias mudanças em alguns artigos, a sua finalidade única é a de fazer com que esse financiamento não tenha mais prazo de validade e se torne permanente, o que seria uma conquista importante para a educação. Esta Casa faz esse gesto para a sociedade e contribui com ela de forma definitiva, porque altera a Constituição e retira a necessidade de revalidação, de criação de outro prazo, de realização de outra votação a cada vencimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O texto vem sendo trabalhado de forma que se busquem recursos da União, de Estados e Municípios. A Deputada Professora Dorinha faz isso por conhecimento de causa e por amar realmente essa atividade, por ser comprometida com a educação. Nós também assumimos essa posição vendo o trabalho de educadores que se esforçam.

A proposta é de que sejam destinados no mínimo 15% para o fundo no primeiro ano de vigência da emenda constitucional, ampliados progressivamente, por acréscimo de 1,5 — um inteiro e cinco décimos — pontos percentuais a cada ano, até alcançar valor equivalente a no mínimo 30% do total dos recursos a que se refere o inciso II do *caput* do art. 212-A.

Sr. Presidente, participo com muita alegria deste momento nesta Casa. Sei que os professores do Brasil inteiro, sem diferença alguma, assim como todos os alunos do ensino básico do nosso País merecem essa atenção. A nossa Nação merece essa atenção, merece essa resposta desta Casa.

Então, eu comemoro por participar deste momento e por fazer parte da Comissão Especial que estuda o assunto e elabora um relatório com um grupo de professores e Deputados, relatório que nós traremos ao plenário desta Casa, para a aprovação da PEC, que será um reforço, um instrumento mais forte de garantia do ensino básico.

O ensino básico de uma nação, de um país faz a diferença. Nós precisamos investir também no ensino básico, não só no ensino universitário. É claro que o ensino universitário é importante, mas o básico é importantíssimo. Ele é o pilar, o alicerce dos cidadãos, para que possam ter uma profissão já no ensino básico e, posteriormente, até cursar o nível superior. Mas o ensino básico é tido como prioridade nos países de grande desenvolvimento, que mostram ao mundo que têm dado certo. Conosco não há de ser diferente. Nós não estamos falando contra o ensino superior, que é importante também — é claro que é —, mas essa cadeia tem que melhor alimentada, melhor construída.

Sr. Presidente, com certeza, nós iremos dar a nossa contribuição, trabalhar, aprender com professores e professoras que têm experiência no magistério e, acima de tudo, sentimento de compromisso com o magistério, com o ensino deste País, com a educação deste País e com o momento em que vivemos. O Brasil precisa de respostas, o Brasil precisa avançar. Precisamos deixar de lado o partidarismo e focar o alvo, que é o desenvolvimento, a grandeza do nosso País. Precisamos pensar em um futuro melhor para as gerações que estão vindo. Certamente já estamos cumprindo o nosso papel, mas as gerações futuras batem à porta. Precisamos fazer com que essas gerações tenham um caminho para trilhar.

Parte dos nossos esforços, da nossa compreensão e do nosso compromisso é no sentido de ajudar o nosso País, porque vivemos um momento em que a população nos acompanha e nos assiste e espera que o Congresso não fique parado, não trabalhe de forma lenta, não leve muito tempo para fazer as coisas acontecerem. É hora de haver uma arrancada, que começa aqui, por nós. Que possamos trabalhar com diligência, mostrar trabalho para a sociedade e, no final deste mandato, desta legislatura, ter alguma coisa a apresentar à sociedade, para compensar o que foi gasto conosco, os Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Muito bem.

Concedo a palavra à Deputada Adriana Ventura, por 3 minutos.

Em seguida, falará a Deputada Erika Kokay, nas Comunicações Parlamentares. *(Pausa.)*

Desculpem-me.

Tem a palavra o Deputado João H. Campos, pela Liderança.

**O SR. JOÃO H. CAMPOS** (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serão 5 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Sim, serão 5 minutos.

**O SR. JOÃO H. CAMPOS** (PSB - PE) - Restitua o tempo, por favor. *(Pausa.)*

Nobres colegas Deputadas e Deputados, venho hoje aqui para falar da primeira infância, aquele período compreendido entre o nascimento e os 6 anos de idade, período em que 90% de todas as conexões cerebrais são formadas. São os anos mais ricos da aprendizagem. É um período que toda a sociedade brasileira tem que priorizar. Temos que ser solidários e lutar pelas nossas crianças.

Nós sabemos que os entraves são muitos. A mortalidade infantil no nosso País ainda é uma dura realidade, infelizmente. Nos anos de 2015 e 2016, vimos um crescimento nas taxas de mortalidade infantil. O problema do saneamento básico está diretamente ligado às causas, ao que causa a mortalidade infantil. Violência, problemas na educação, déficit de vagas em creche de 1,7 milhão, essa é a dura realidade brasileira. Este Parlamento tem que ajudar a construir as soluções. O tempo é curto. As crianças não podem esperar e contam com o nosso trabalho.

Passos importantes já foram dados, como o Marco Legal da Primeira Infância, lei federal de 2016. É um arcabouço jurídico, mas, para ser efetivado, precisa de políticas públicas capazes de entregar as soluções nele contidas ao nosso País. A primeira infância faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU — Organização das Nações Unidas. Nós temos dados, pesquisas, estudos que comprovam o quanto é importante priorizar essa parte da vida. Segundo estudo publicado recentemente, as crianças acompanhadas por programas da primeira infância têm um grau de aprendizagem três vezes maior do que o de crianças não acompanhadas por programas nessa área.

Permitam-me, Excelências, falar de Pernambuco, Estado pelo qual fui eleito. Quero fazer homenagem à minha mãe, a Renata Campos. Quando era a primeira-dama, em 2007, ela lançou o Programa Mãe Coruja. Em 2009, esse programa virou política pública estadual, através de uma lei estadual. Hoje está em mais de 105 Municípios e já atendeu mais de 198 mil mulheres e mais de 164 mil crianças, oferecendo cuidado integral — da criança, da mãe e da família —, interligando mais de 10 Secretarias Estaduais, levando tudo o que há de política pública para as crianças do nosso Estado.

Os resultados apareceram. Esse programa já foi premiado pela ONU como exemplo de política pública sustentável, já foi premiado pela Organização dos Estados Americanos. Nos últimos 10 anos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Nós reduzimos em 35% a mortalidade infantil em Pernambuco. Nós saímos de 20,1 mortos a cada mil nascidos vivos para 13,7 mortos a cada mil nascidos vivos. Pernambuco hoje é o Estado que tem a menor taxa de mortalidade infantil do Norte e do Nordeste brasileiro e está abaixo da média brasileira.

Aqui eu quero fazer um destaque também ao Município do Recife. Esta é a Semana do Bebê, que está sendo conduzida pelo Prefeito Geraldo Júlio e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF. São mais de mil atividades em todos os cantos da cidade, envolvendo diversas Secretarias Municipais, para cuidar das nossas crianças, possibilitando a atenção básica, possibilitando a integração da família, dos pais, das mães, das crianças, mostrando que é uma política pública que deve ter ação integral e transversal em toda a gestão pública. Não basta uma única Pasta tomar conta dela.

Eu fiz questão de trazer isso para esta Casa, porque esta é uma pauta de todos nós. Quando olhamos a juventude, quando olhamos a educação, quando olhamos as crianças, nós não podemos colocar divergências partidárias, divergências políticas à frente dos interesses dessas pessoas. Nós nunca podemos abrir mão de defender aquilo em que acreditamos — é verdade —, de ter posições firmes e coerentes dentro do nosso espectro de crença política e partidária.

Mas é preciso entender que o tempo é curto. A janela demográfica está se esgotando. A nossa população está envelhecendo. E nós temos que radicalizar na priorização da primeira infância, da educação básica, do enfrentamento às desigualdades sociais do nosso País. Sem sombra de dúvida, os maiores problemas que nós temos passam pelas severas desigualdades sociais enfrentadas.

Por isso, vamos juntos nesse desafio. Vamos nos juntar, Deputados das bancadas do Norte, do Nordeste, do Sul e do Sudeste, de diversos partidos políticos, em torno desse objetivo de fortalecer políticas públicas como essas citadas, que no meu Estado de Pernambuco, na cidade do Recife, acontecem e são realidade. Que elas possam ser levadas para os quatro cantos da nossa Nação! Que possamos sonhar sim com o dia em que todas as crianças brasileiras estejam em creches, que não haja déficit de creches em nosso País, que não só a qualidade do ensino seja ampliada, mas também e principalmente a qualidade!

Contem comigo, pernambucanos e pernambucanas! Vocês sabem que serei sempre um defensor desta causa neste Parlamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Com a palavra o Deputado Luiz Antônio Corrêa, por 1 minuto.

**O SR. LUIZ ANTÔNIO CORRÊA** (S.PART. - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente, Deputado Coronel Chrisóstomo, estou muito agradecido pela sua gentileza de me abrir este espaço.

Quero cumprimentá-lo, Deputado João. Eu não sabia que este projeto tenha sido iniciativa de sua mãe quando seu pai governou Pernambuco. Faço uma homenagem a ele, grande homem público que a vida levou tão rápido, mas que deixou essa semente. Tenho certeza de que V.Exa. está seguindo sua trajetória. Um dia vamos cumprimentá-lo aqui neste plenário ou lá em Recife como futuro Governador de Pernambuco. Receba meu grande abraço.

Meus caros Deputados, quero apenas comunicar que ontem foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça a admissibilidade da reforma tributária. Se me perguntarem qual reforma eu acho mais importante, a da Previdência ou a tributária, eu ficaria em dúvida para responder.

O País precisa de uma grande mudança na sua tributação. Pagamos impostos altíssimos e não temos de volta os serviços, seja na educação, na saúde, na segurança.

Então, estamos muito felizes com essa iniciativa do Deputado Baleia Rossi.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido um discurso sobre uma preocupação que tenho. Sou um homem que tem posições muito claras, mas sou aberto ao debate.

Eu quero expressar uma preocupação e sugerir um debate, inclusive, a V.Exa., que é militar e um Deputado da Amazônia, sobre o seguinte tema: o General da Reserva Maynard Marques de Santa Rosa lançou, recentemente, um projeto



denominado Barão do Rio Branco, que estabelece um diálogo com o antigo Projeto Calha Norte. É importante que se debatam projetos para Amazônia, mas qual é a minha preocupação?

As propostas aqui apresentadas, sem um debate maior com a sociedade me preocupam, porque atingirão 208 aldeias indígenas, 40 povos diferentes, cerca de 9 mil pessoas envolvidas, além de 13 povos indígenas isolados. E o projeto, pelo menos até onde nós tivemos a informação, prevê, por exemplo, algo que eu não sei se é necessário realmente no Estado do Pará, uma ponte sobre o Rio Amazonas, na altura do Município de Óbidos, no chamado Estreito de Óbidos. Prevê ainda, por exemplo, uma usina hidrelétrica no Rio Trombetas. Não sou contra a construção de hidrelétricas, até porque é secular essa tecnologia. Mas nós temos a experiência no Amazonas, por exemplo, de Balbina, que causou destruição ecológica e atingiu quase que mortalmente os waimiri-atroaris, que hoje se recuperam e aumentam em número. E Balbina não produz energia.

Então, é importante fazer esse debate. Eu vou propor essa discussão na CINDRA — Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para que possamos, quem sabe, enriquecer o debate e evitar novos problemas para a Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.**

**O SR. DR. JAZIEL** (PL - CE) - Sr. Presidente, solicito que meus dois discursos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Está autorizado. Serão incluídos, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, com a anuência da próxima oradora inscrita, a Deputada Erika Kokay

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro minhas saudações a todos que aqui estão, em especial à Deputada Erika Kokay, que me deu a preferência na fala.

Eu queria fazer uma manifestação aqui sobre essa votação de ontem sobre o COAF. Parece que virou uma questão de honra para alguns. E os jornais de hoje, inclusive, destacam, Sr. Presidente, que o Governo perdeu a votação do COAF.

Para mim, o Governo não perdeu votação nenhuma, porque o COAF vai continuar dentro do Governo, fazendo a sua função. Aliás, é o órgão de inteligência financeira do Governo: disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina, identifica ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas a lavagem de dinheiro. O COAF, portanto, não é um órgão jurídico, é um órgão financeiro.

A retirada do COAF do Ministério da Economia, na minha visão, está equivocada. Assim como a EMBRAPA deve estar no Ministério da Agricultura e a ANVISA deve estar no Ministério da Saúde, também o COAF precisa exercer a sua função no Ministério da Economia. Aliás, foi utilíssimo no combate à corrupção, desbaratou diversos processos no País e fora dele, na América Latina, irrigou com milhares e milhares de processos a Operação Lava-Jato. Foi o braço direito da Lava-Jato. Aliás, em quase todos os países desenvolvidos do mundo, inclusive nos Estados Unidos, onde está o equivalente ao COAF deles? Na Fazenda, na Economia.

O Governo é o mesmo, independe de onde o COAF estiver. Ele vai continuar combatendo a corrupção. Eu pergunto: existe um Ministério porventura da Justiça, o certinho, e da Economia, o errado? Não! Os dois Ministros têm o seu trabalho, os dois Ministérios estão funcionando, os dois Ministros foram nomeados pelo mesmo Presidente da República. Portanto, a mudança não irá impactar em nada o combate à corrupção.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma referência àquilo que foi dito pelo próprio Presidente da República. O Presidente Bolsonaro disse que, no ano que vem, o Ministro Moro deverá ir para o Supremo Tribunal Federal. E ele vai levar o COAF para o Supremo? Não! O COAF não é do Paulo Guedes nem do Sergio Moro, mas do Governo, do Brasil. Portanto, é uma instituição de governo e assim deve ser.

Espero que a corrupção seja perseguida pelo COAF, pela Advocacia-Geral da União, pelo Ministério Público, pela Receita Federal, pela Polícia Federal, por todos nós, por todos aqueles que pagam imposto.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Defiro o pedido do Deputado Heitor Schuch, para que o seu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

#### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH.**

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, por 13 minutos.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu começo pela conclusão do Deputado Heitor Schuch sobre a discussão do COAF. Ontem eu tive a oportunidade de assistir a um Parlamentar que, ao defender que o COAF fosse transferido para o Ministério da Justiça, enumerava uma série de ações do COAF fundamentais para o combate à corrupção. E o COAF executou todas essas ações dentro do então Ministério da Fazenda, hoje Ministério da Economia. Portanto, o fato de o COAF sair do Ministério da Economia é tirar o caráter técnico, inclusive, que o próprio COAF tem. O COAF é um órgão técnico que fiscaliza as atividades financeiras e, ao detectar alguma atipicidade, ao detectar determinados valores de transações bancárias, pontua e encaminha para que possam ser feitas as investigações. Sempre foi assim.

Foi por intermédio do COAF que se descobriram as movimentações atípicas do Sr. Queiroz. Foi por intermédio do COAF que nós tivemos a oportunidade de ver uma movimentação financeira do assessor do filho do Presidente da República que não correspondia a seus rendimentos. Foi por intermédio do COAF que se descobriram inclusive repasses de recursos para a esposa do Presidente da República.

O COAF — e isso foi dito aqui várias vezes — tem contribuído para que nós tenhamos condições de investigar todas as denúncias de corrupção que são sinalizadas a partir de movimentações financeiras atípicas. Portanto, não há nenhuma relação entre o COAF estar no Ministério da Economia ou no Ministério da Justiça e haver um maior ou menor combate à corrupção.

Então, eu penso que o COAF deve ser fortalecido. Da mesma forma, eu me posiciono a favor de que os auditores fiscais, ao fazerem o seu trabalho e detectarem movimentos ou situações atípicas que tenham sinais de uma relação ou de uma infração penal, possam encaminhar esses dados colhidos para serem devidamente investigados.

Portanto, há uma construção que é falsa, a de que deixar o COAF no Ministério da Economia significa ter qualquer tipo de conluio com processos de corrupção. Aliás, é bom lembrar que o Sr. Moro, ao querer o COAF sob sua gestão, coloca-nos, inclusive, uma série de suspeições. Por que tanto afinco em carregar para o Ministério da Justiça o COAF, que tem sido absolutamente eficiente e que tem ajudado o Brasil a investigar os casos de corrupção? Será que é porque quer controlar o COAF? Será que não tem o objetivo de fazer honrar um compromisso que, hoje se sabe, houve com o Presidente da República de que ele seria nomeado Ministro do STF? Por que tanto afinco em carregar o COAF para si? Será que não seria uma condição para tentar controlar o próprio COAF?

É preciso lembrar que o então Juiz Sergio Moro, de forma indevida, vazou conteúdos de investigação e também fez escutas ilegais. Ele se posicionou durante todo o processo não como juiz, mas em grande medida como acusador, tanto é que há declarações de juristas que estiveram na Operação Mãos Limpas, da Itália, pontuando que não cabe a um juiz atuar fora das suas próprias funções.

Então, é muito suspeita essa dedicação de Sergio Moro em levar o COAF para o Ministério da Justiça, para controlar o COAF. Os próprios defensores do COAF no Ministério da Justiça pontuaram aqui que o órgão é fundamental para desbaratar uma série de processos de corrupção ou para sinalizar e provocar investigações. E eu repito, inclusive, há investigações que envolvem o filho do Presidente da República.

Agora, justamente quando a partir do COAF se cria um processo de investigação, há essa tentativa de tirar do COAF a sua própria autonomia técnica, para que não seja um órgão de desenvolvimento técnico vinculado à Fazenda, porque as suas funções estão dentro do Ministério da Fazenda, hoje, Ministério da Economia.

Então, precisamos ficar muito atentos, porque essa sanha, essa tentativa de arrancar o COAF do Ministério da Economia, talvez seja o contrário: a tentativa de colocar o COAF sob a responsabilidade, sob o poder discricionário de um Ministro, que já tem o compromisso do Presidente da República de que será indicado para o Supremo Tribunal Federal. Imagine, alguém que está contando uma vaga no Superior Tribunal Federal terá autonomia, de fato, para possibilitar que sejam estabelecidos e aprofundados os dados que envolvem o próprio Presidente da República, a sua família, o seu filho? Precisamos ter muito cuidado com essa condição.

Eu fico pensando, em grande medida, que o Brasil está vivendo tempos extremamente estranhos. Ontem, tivemos a reação de Parlamentares que agrediram a Presidenta de uma reunião de Comissão, porque ela queria que as entidades estudantis tivessem o que lhes é direito e o que já aconteceu inúmeras vezes nesta Casa. Ela queria que as entidades estudantis pudessem usar da palavra e se dirigir ao Ministro da Educação. Isso, porque a vida delas está sendo mexida. Aliás, quando se mexe na educação, não se mexe só com estudantes e professores, mas também se mexe com o País. Querem cometer um crime. Querem primeiramente asfixiar as universidades e os institutos federais, retirando-lhes recursos fundamentais, porque a política mais generosa que existe é a política de educação.

Com muita sabedoria, Paulo Freire diz que, somente com a educação, nós conseguimos fazer todas as mudanças necessárias. Sem ela, não mudamos; sem ela, não crescemos; sem ela, está rompida a condição de termos um sonho. Um país sem sonho é o que está sendo construído por Jair Bolsonaro, um país sem futuro. Não há a possibilidade da construção de projetos de futuro, o que é um direito humano, porque ser humano sonha, ser humano não vive só no imediatismo do aqui e agora, ser humano sonha viver a plenitude de uma humanidade que pressupõe o reconhecimento da diversidade, que pressupõe a afetividade, que pressupõe a alteridade. Nós estamos vivenciando um Governo que acha que o diferente tem que ser anulado, tem que ser aniquilado, que só reconhece o outro quando o outro é o seu espelho, se tiver a sua família. Eu escutei isto aqui hoje: *"Ah, o Presidente defende a família, defende a família de homem e mulher, de marido e mulher"*. E aí eu pergunto: e a família monoparental? E a família em que não se tem nem pai nem mãe? E as famílias compostas por dois pais e duas mães? Essas famílias não têm o direito de existir?

Em 2001, tínhamos por volta de dez tipos de família. Hoje, temos muito mais do que isso. As famílias se constroem de acordo com as relações sociais, culturais, econômicas, e elas vão mudando o perfil. A população LGBT precisa ter o direito de ter a sua própria família, de estabelecer as suas relações de afeto e de proteção, que são inerentes à própria família.

Hoje, logo cedo, estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. O STF tem que se posicionar. A Constituição brasileira não está alargando o conjunto da própria população. Temos uma Constituição que fala contra a discriminação e fala em dignidade humana. Como é possível exercer a dignidade humana se não se pode expressar o afeto, se alguém é discriminado porque tem uma forma diferente de ser, uma forma de amar que não é aceita por uma heteronormatividade que é obscurantista e por uma heteronormatividade que nega a diversidade do próprio ser humano?

Portanto, nós temos convicção da importância de o Supremo Tribunal criminalizar a "LGBTfobia" — criminalizá-la — até que este Parlamento possa se posicionar. Este Parlamento não pode ficar na defesa das fogueiras de corpos, das fogueiras de direitos, não pode ter uma lógica fundamentalista que hierarquiza seres humanos, que considera que há seres humanos que têm o direito de amar e que há outros que não têm, que há seres humanos que têm o direito de ser e que há outros que não têm.

Por isso, o movimento e a luta da população LGBT são tão importantes, tão transformadores, porque dizem respeito ao direito de amar, numa sociedade que naturaliza o ódio e em que as tribunas são palcos e espaços para se disseminar o ódio. Essa manifestação que estão organizando é manifestação de ódio, é manifestação contra o Parlamento, porque o Parlamento quer exercer a sua autonomia. Esta manifestação também é contra o Poder Judiciário. Defende-se que o Poder Judiciário tem que estar sob tacção, diante das baionetas, as baionetas que já não são tão metafóricas. Algumas delas são literais. Há a baioneta que atinge a inteligência humana de um país em que há, em alguns Ministérios, pessoas que estão pregando o obscurantismo e as fogueiras, as fogueiras de corpos e as fogueiras de direitos.

Ora, neste País há este nível de desemprego, a inflação cresce, o PIB não reage! E não vai reagir porque não há investimento público. Neste País se quer a volta do eletrochoque para as pessoas com transtorno, quer-se a volta dos manicômios. Aliás, é isso que está emanando do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde está financiando eletrochoque, está financiando leito psiquiátrico, para que ocorra no Brasil a volta de holocaustos que representam os manicômios. E quer destruir a política de AIDS, quer destruir uma política que é referência no mundo inteiro. O Brasil, com essa representação que está no Palácio do Planalto, perdeu o gigantismo e o respeito que tinha durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, em defesa da liberdade, em defesa de uma construção democrática, nós seguimos em fileira numa resistência que também é resistência em nome do afeto — em nome do afeto —, com que as pessoas possam espalhar por todas as cidades, por todas as dobras deste País, a liberdade de ser, a liberdade de amar, o respeito e a dignidade humana. Essa dignidade eles querem retirar e ferir com muita profundidade com a reforma da Previdência, que é misógina, que vai contra os pobres deste País, que vai contra os trabalhadores rurais e contra as pessoas com deficiência.

É uma crueldade — uma crueldade — o que essa proposta de emenda à Constituição quer fazer contra as pessoas que têm deficiência.

Nós vamos reagir e vamos derrotá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Coronel Chrisóstomo. PSL - RO) - Muito bem, agora tem a palavra o Deputado Alexandre Frota, pelo PSL. Fará também, pelo partido, uma Comunicação de Liderança.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados, Deputadas, quero aproveitar a oportunidade para chamar a atenção, com muito respeito, para algumas falas da nobre Deputada que me antecedeu.

O COAF, em 2015, Deputado Kim, descobriu muita coisa. Por exemplo, nove movimentações, de Lula, Palocci, Erenice, nove movimentações, todas milionárias! Em 2014, o COAF disse que o PT foi o campeão de dinheiro estranho. Essas

são palavras dos técnicos do COAF. Em 2016, o COAF apontou irregularidades nas contas de Dilma Rousseff. Como podem ver, o COAF não atuou só como a Deputada que me antecedeu falou, como se o COAF só trabalhasse em relação ao nosso Governo. O COAF vem fazendo um trabalho limpo, desvendando a sujeira desse partido chamado Partido dos Trabalhadores.

Ela falou muito em sonho, mas eu vou falar em pesadelo. Nos últimos meses, venho aqui todos os dias ouvir alguns Deputados e Deputadas investigados cujos nomes encontram-se em listas. Essas pessoas estão enroladas na Justiça, mas se intitulam aqui os donos da verdade e perguntam: "*Onde está o Queiroz?*" Eu não pergunto onde está Lula porque já sei onde está. Ele está preso, em Curitiba, numa cela. Aliás, está numa sala. Deveria estar numa cela, numa prisão comum, mas está numa sala, infelizmente, Deputado Boca Aberta.

Governos do PT tiveram resultados absolutamente medíocres, no sentido literal da palavra. Medíocres! Na verdade, ficaram um pouco abaixo do medíocre. O desempenho econômico na era do PT foi horrível. É comum grupos favoráveis ao ex-Presidente, hoje presidiário, Luiz Inácio Lula da Silva alardearem por aí que nunca antes na história deste País havia ocorrido tanto sucesso. O discurso ufanista, no entanto, não se sustenta diante dos fatos. Segundo estudo que analisou o crescimento real do PIB por mandato presidencial — acreditem, o documento está aqui na minha mão —, Lula não passa da 19ª colocação entre os 30 Presidentes brasileiros no tocante ao desempenho econômico, sendo um dos mais corruptos. Dilma teve a terceira pior *performance*, vencendo, acreditem, Fernando Collor de Mello. Hoje, o partido é alvo de centenas de processos, existe gente presa do partido, que coleciona condenados, investigados.

Agora eles surgem como os grandes paladinos da justiça. Arrumam receita para tudo, para todos os problemas. Eles têm respostas para tudo: para a Previdência, para a reforma tributária, para a segurança pública, para a saúde, para a educação. Por que não fizeram antes? Por que não fizeram antes? Levaram os Correios à falência, arrombaram os cofres do BNDES, criaram um caos no País, econômica e socialmente. Eu estou errado? Não, não estou.

Inclusive, Deputado Boca Aberta, alguns Deputados aqui da Esquerda, às vezes, parecem filhos da Mãe Dinah. Eles estão prevendo o futuro. Eles estão prevendo o futuro.

Falo um pouco agora do desastre da educação no Governo do PT. Cito o caso de universidades precárias. Lembro que Lula, aquele ladrão, corrupto, exaltava a sua condição de não universitário que mais criou universidades. Vou cortar o mal pela raiz, a mentira. Provamos com números que o que ele fez mesmo foi aumentar a festa, o cabide de empregos nas universidades federais, aumentar a evasão e também o número de vagas ociosas. Isso está documentado aqui! Não caiu do céu. Ninguém me falou. Está documentado aqui. Suas supostas 14 universidades não passaram, de fato, de quatro ou seis, com alguma boa vontade. Foram quatro ou seis universidades, todas elas construídas com armações e com pressa. Pressa!

As fantásticas universidades de Lula foram feitas às pressas para que ele pudesse exaltar o seu generoso desprezo pelo ensino universitário — sim, Lula o desprezou. Elas são, na média, um exemplo desse descaso e da precariedade desse cidadão.

Em vez de boa parte da imprensa ficar refém da fofoca, deveria apurar como funciona, por exemplo, a Universidade do Sul, que, há alguns anos, se divide em instalações provisórias espalhadas em dez cidades. Alunos e professores ficam zanzando dentro e fora das instalações. Parece que saíram da série *The Walking Dead*.

Esta semana, discutiu-se muito aqui sobre cortes. Mas nós não fizemos cortes. Dilma, sim, fez cortes. E nos lembramos do dia 16 de abril de 2016. Dilma, na sua primeira gestão, também cortou 21 bilhões da educação — 21 bilhões.

E a UNE? O Deputado Kim sabe bem. A UNE recebeu 65 milhões de reais de Lula, e até hoje não conseguiu prestar contas quanto a esses 65 milhões. Já saiu a Carina Vitral, entrou outra, e até hoje não sabemos desses 65 milhões.

A farra cultural realizada na era Lula e Dilma, aí sim, era válida. Foram 35 milhões, acredite Deputado Boca Aberta, para uma festa para 250 pessoas, às margens do Rio Negro, para lançamento de um grande festival de *rock* no Brasil — 35 milhões. Ainda bem que alguns Deputados conseguiram, com a sua lealdade ao País, interferir nessa pouca-vergonha.

Milhões foram entregues à Argentina, à Venezuela, a Cuba, a países da África. Investiram em metrô, trem, ponte, refinaria, mas em outros países, não aqui. Não investiram aqui. Investiram em outros países, como Cuba, Venezuela, países da África. Fizeram ponte, metrô, trem, fizeram de tudo, em outros países.

O PT entregou o País falido. Ele entregou o País falido. O PT infiltrou agentes corruptos em diretorias estratégicas da PETROBRAS e organizou uma parceria criminosa com empreiteiras que formaram um cartel de bilhões, além de nomear corruptos para as estatais, com aquele plano de poder, aparelhando todo o Estado.

Quando assumiu o poder, Lula encontrou 19 mil servidores contratados. Em 8 anos, o ex-Presidente elevou o quadro para 205 mil servidores contratados. Depois veio Dilma, que ampliou esse número. No seu primeiro mandato, contratou logo 115 mil servidores — 115 mil. Por isso, reclamam da reforma dos Ministérios. Acabou a bocada!

Durante a gestão do PT, a maioria dos cargos e Ministérios foram criados não com o objetivo de promover os serviços para a população, para o povo brasileiro, mas sim de contemplar interesses políticos e desviar dinheiro. A meta era alcançar cerca de 500 mil militantes, pagos com o nosso dinheiro. Graças a essa política, os Governos do PT conseguiram multiplicar por cinco as despesas com o funcionalismo. O Orçamento previa que o pagamento de servidores federais iria consumir 252 bilhões.

A Deputada que me antecedeu falou sobre as manifestações democráticas que trazem a liberdade para o povo brasileiro, sejam elas quais forem, como a que vai acontecer no próximo domingo, por exemplo. Ela faz críticas. Quando a CUT, o MTST, os *black blocs* invadem as ruas e avenidas das cidades, quebrando tudo, quebrando portas de banco, colocando fogo em ônibus, agredindo os brasileiros de bem, as famílias, aí isso vale, é democrático, é arte, como parece ser arte o ato de defecar na rua, de urinar no meio da sala de aula. Isso seria arte. Mas, quando há manifestação em que se apresenta a bandeira do Brasil, aí não, não pode. É isso o que nós estamos vendo aqui.

Como todos sabem, as redes sociais foram completamente tomadas pelo debate sobre as manifestações que irão ocorrer neste domingo. Trata-se de um ato espontâneo em favor do Presidente Jair Bolsonaro, diante da revolta do povo contra a Esquerda. Podemos observar inclusive a indignação geral do povo com determinados Parlamentares aqui de dentro. Pautas como a da reforma da Previdência e a do projeto de lei anticrime estariam sofrendo ataques. Nós sabemos disso. Por isso, muita gente, muitos brasileiros no próximo domingo irão às ruas. Eles têm todo o direito. Isso é democrático. Será uma manifestação pacífica, ordeira, como todas as outras feitas pela população de bem que se encontra há muito tempo indignada com a política. Nós temos, sim, uma população indignada com a nossa política, mas o brasileiro é maior do que tudo isso. Por mais suja que seja a Esquerda, por mais armações que eles façam, o Brasil, o brasileiro de bem estará sempre aqui para enfrentá-los.

Não adianta. O País está sob nova direção. Eles precisam entender isso. É difícil, eu sei que é difícil. Perder a bocado é difícil. Não poder mais fazer os conchavos é difícil. Nós vimos que havia dinheiro para todo lado, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, corrupção. Havia festa total. Agora que estamos querendo colocar o País nos trilhos, somos criticados. Volto a lembrar: eles afundaram o País. Nós sabemos disso. Não sou eu que estou dizendo, isso está na história do País.

Para concluir, Presidente Kim, quero deixar aqui uma mensagem para todos os brasileiros que nos assistem pela *TV Câmara*, que nos ouvem pela *Rádio Câmara*, pelos inúmeros celulares. Muitas vezes, esta Casa não dá o exemplo que deveria dar ao povo brasileiro, cria diversas situações vergonhosas aqui dentro, e não podemos compactuar com elas.

Que todos fiquem com Deus!

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente Kim.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Obrigado, Deputado.

*(Durante o discurso do Sr. Alexandre Frota, o Sr. Coronel Chrisóstomo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Kim Kataguiiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Tem a palavra o Deputado Camilo Capiberibe, por 1 minuto.

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, todos que nos assistem pela *TV Câmara*, pela Internet, acabo de sair de uma reunião, na Presidência do Senado, com o Secretário de Desburocratização.

O meu Estado do Amapá é um ex-Território. Existe lá um processo de transposição daqueles servidores que foram para o Amapá desbravar a Amazônia. O Macapá, na década de 40, tinha 2 mil habitantes; hoje, tem 500 mil. Muitos brasileiros se deslocaram até lá para ajudar a construir a fronteira norte, para garantir a soberania do Brasil na fronteira com a Guiana Francesa, no extremo norte do País.

A Emenda Constitucional nº 79 foi promulgada em 2014. Depois houve vários processos. O que vem acontecendo? Esses servidores do ex-Território, servidores federais ou servidores que ingressaram no início da implantação do Estado, têm garantido por lei o direito de transposição para os quadros da União — isso vale para o Amapá, Roraima, Rondônia. No entanto, o que vem acontecendo? Os quase 20 mil processos de servidores do Amapá não são analisados. Há pouca gente, não há pessoal, e os processos não avançam.

Tivemos agora, na Presidência do Senado, uma reunião com lideranças sindicais dos três Estados, com membros da bancada federal. O Secretário se comprometeu a dar respostas, daqui a 35 dias, quanto a uma pauta extensa que lá foi colocada. A nossa expectativa é de que as leis e as emendas constitucionais aprovadas nesta Casa possam ser respeitadas pelo Governo Federal e que o direito que já foi garantido possa ser efetivado.

Vamos lutar pela transposição, para fazer justiça a esses trabalhadores.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de me manifestar.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - O pedido de V.Exa. será deferido.

Tem a palavra o Deputado Cabo Junio Amaral.

**O SR. CABO JUNIO AMARAL** (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, senhores.

Nesta semana, devido à intensidade dos trabalhos aqui, não tive oportunidade de falar sobre uma tragédia que ocorreu em Minas Gerais. Trago agora esse assunto à tona.

Na cidade de Paracatu, que fica mais perto de Brasília do que da nossa Capital Belo Horizonte, um usuário de drogas, um criminoso invadiu a casa da sua ex-namorada, atacou-a com um canivete e a matou. Depois foi até uma igreja e, de posse de uma garrucha velha — ilegal, vale ressaltar —, começou a atirar nos fiéis. Numa viatura da Polícia Militar de Minas Gerais, policiais que estavam indo atender ao chamado da casa da ex-namorada do criminoso ouviram os disparos. Deus quis que essa viatura estivesse passando pelo local nesse momento. Então o Cabo Lima e o Soldado Maciel desembarcaram da viatura e avistaram o criminoso, que estava atirando aleatoriamente nos fiéis. Com apenas um tiro de fuzil, o Cabo Lima acertou o criminoso dentro da igreja, Deputado Sanderson.

Quatro pessoas morreram nessa tragédia, e infelizmente vemos a Esquerda usar esses fatos para demonizar as armas de fogo. Esse é um dos fatos com que podemos exemplificar, de forma didática — não é preciso ser muito inteligente para compreender isto —, que há necessidade de o cidadão, de a pessoa certa estar no local e na hora certa com uma arma de fogo. Para parar um homem mal que empunha uma arma de fogo, só mesmo um homem bom com uma arma de fogo.

Para cometer o primeiro homicídio, o criminoso não precisou de arma de fogo. Vale ressaltar que ele matou a sua ex-companheira com um canivete. Testemunhas disseram que, provavelmente, ele estava sob efeito de entorpecentes.

Fica registrado o nosso salve para estes nossos colegas da Polícia Militar de Minas Gerais: Cabo Lima, Soldado Maciel, Cabo Rafael e Cabo Guilherme. Eles foram os guerreiros que enfrentaram e neutralizaram aquele criminoso e evitaram uma tragédia ainda maior.

Aproveito o restante deste tempo para dizer que o Brasil, no próximo domingo, vai às ruas. O sentimento de mudança que ocupou esta Nação por ocasião das eleições permanece. A sociedade está atenta. Parafraseando o nosso Presidente, digo que nós não vamos sucumbir. Não aceitamos conchavos. Nós pretendemos mudar o rumo do nosso País, para ontem.

Espero todos os mineiros, em Belo Horizonte, na Praça da Liberdade, pela manhã, às 10 horas, para mudarmos o destino deste País.

Estamos juntos!

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Obrigado, Deputado Cabo Junio Amaral.

Tem a palavra o Deputado Boca Aberta, por 1 minuto.

**O SR. BOCA ABERTA** (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, lembro a manifestação que vai acontecer no próximo domingo, dia 26, também na minha cidade abençoada, Londrina. Estamos convocando todo o povo abençoado, trabalhador, o povo de bem, para participar da grande manifestação popular em prol do Brasil.

Homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, eleitores e eleitoras, participem, neste domingo, de uma grande manifestação, manifestação pacífica, manifestação do povo que quer continuar nos trilhos.

Chega! Basta! O povo não aguenta mais! Esses espíritos de porco e espíritos de porca de um Brasil que ficou lá para trás, graças a Deus, não podem querer denegrir um Governo que só começou.

Sr. Presidente Kim Kataguiri, eu votei no Presidente Bolsonaro. Minha família também votou nele.

Vim a esta tribuna por várias e várias vezes criticar alguns atos isolados do Presidente Bolsonaro, mas nós demos um voto de confiança a ele.

Estamos confiantes no seu Governo, Presidente Jair Bolsonaro. Só faz 5 meses que o senhor está no comando. É evidente que, volto a repetir nos meus discursos aqui para todo o povo brasileiro, votamos no senhor. Mas não é porque nós acreditamos e votamos no senhor, Presidente Bolsonaro, que vamos ter que concordar com tudo que o senhor faz, não.

Não é porque votamos que vamos ter que dar e arreganhar, não. Então este é o meu pronunciamento. Confiamos, sim, em você, Presidente. Muita coisa boa está por vir, esperamos, eu e o povo brasileiro.

Então, convocamos essa grande manifestação que vai ser a manifestação do povo abençoado, trabalhador, que quer novamente a grande esperança que é o Sr. Jair Bolsonaro.

Outra coisa, Sr. Presidente, nobres Deputados: essa manifestação em Londrina, a segunda maior cidade do Paraná, não é a manifestação de um Deputado que também está convidando e encabeçou o chamamento dessa manifestação em Londrina. Essa é a manifestação do povo de bem. Eu estarei lá às 3 horas da tarde na rotatória da Avenida JK, Higienópolis, um ponto turístico pioneiro da nossa cidade de Londrina, convocando todos vocês, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, eleitores e eleitoras.

Povo do bem, esperamos vocês neste domingo, às 15 horas. Tecnicamente, popularmente, Sr. Presidente, às 3 horas da tarde.

Beijo no coração, Londrina, Paraná e Brasil. A paz de Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Obrigado, Deputado.

**O SR. CABO JUNIO AMARAL** (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas pedir que inclua a nossa manifestação no programa *A Voz do Brasil*.

Infelizmente eu me esqueci de citar as vítimas de Paracatu, o que é muito importante. As vítimas foram Heloísa Vieira, Antônio Ramas, Rosângela Albernás e Marilena Marins.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Obrigado, Deputado. O pedido de V.Exa. será deferido.

Tem a palavra o Deputado Chiquinho Brazão, por gentileza. (*Pausa.*)

**O SR. BOCA ABERTA** (PROS - PR) - Sr. Presidente, só quero pedir rapidamente que a nossa fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Deferido, Deputado.

**O SR. CHIUQUINHO BRAZÃO** (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os funcionários desta Casa.

Ontem tivemos a reunião da CCJ para aprovar o parecer pela admissibilidade da PEC 45, de 2019, que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Agora ela segue para a Comissão Especial para ser discutida. Ela inclui ali o PIS e COFINS, IPI, ISS, ICMS, Imposto sobre Bens e Serviços.

O que acontece? Eu já venho desde a minha posse aqui, Sr. Presidente, falando que o que vai resolver o problema do nosso País é o conjunto de reformas. Hoje está sendo trabalhada aqui nesta Casa a reforma previdenciária, que tem que ser muito bem trabalhada realmente. O País precisa dessa reforma, sem dúvida nenhuma, mas não da forma que essa mensagem chegou a esta Casa. Da forma restritiva que ela chegou a esta Casa, ela vai, sem dúvida nenhuma, penalizar aqueles que são os mais pobres, inclusive aqueles pequenos Municípios em que muitos desses aposentados oxigenam a economia, com a aposentadoria que sustenta o neto, a família, um filho desempregado, e tudo mais. Com as correções necessárias, este Parlamento, sem dúvida nenhuma, vai trabalhar em cima. Estarei acompanhando, e vamos dar a resposta adequada.

Ela se junta, é claro, à reforma trabalhista, que foi votada nesta Casa. Há época, diziam que ela ia resolver todas as mazelas e problemas, e nós vimos que não resolveu. Não resolveu porque uma única reforma não consegue resolver, mas, sim, um conjunto de reformas, a que estaremos atentos e que vamos votar nesta Casa. Sim, este conjunto de reformas é que vai, sem dúvida nenhuma, dar direção ao País.

Nós sabemos que, por exemplo, ontem, a admissibilidade da PEC 45 foi muito importante. Faço parte também da Subcomissão Especial da Reforma Tributária. Sem dúvida nenhuma, esta reforma é muito complexa, mas estaremos trabalhando em cima dela, de ponto a ponto, aprovando-a mesmo que seja parcelada. Esta reforma é muito ampla. Falar de tributos vai de A a Z e, devido à carga tributária que temos no nosso País, ela tem que ser realmente trabalhada ponto a ponto.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Defiro o pedido de V.Exa.

Passo a palavra, então, ao Sr. Deputado Gilson Marques, por 10 minutos.

**O SR. GILSON MARQUES** (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Kim Kataguiri, hoje eu vim trazer uma reflexão sobre o FGTS. Eu gostaria que as pessoas repensassem se realmente FGTS é um direito. Por que isso? Primeiro, como pode ser um direito se o trabalhador é obrigado a tê-lo? Um me disse que, se não se pode recusar, então não pode ser um direito. Segundo, o trabalhador é obrigado a depositar o FGTS no banco que o Estado determina — hoje, é a Caixa Econômica. Terceiro, o rendimento é menor do que a inflação. Quarto, só se pode sacar em condições especiais que o Estado determina. Quinto, o Estado presume que o trabalhador é um incompetente, um ignorante que não consegue sozinho fazer um investimento que tenha um rendimento melhor. Por último, ele presume, acha que consegue enganar todo mundo por um grande tempo, porque vão achar que é um direito e lutar por ele.

Eu acho que deveriam parar de chamar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de FGTS e passar a chamá-lo de FGG — Fundo de Garantia do Governo, porque é ele que lucra. A capitalização é dele, e os juros são por ele colhidos.

Pensando nisso, e principalmente para dar liberdade para as pessoas, liberdade com responsabilidade — é o que nós queremos —, protocolamos um projeto de lei, o Projeto de Lei nº 2.946, de 2019, que permite ao trabalhador duas opções. A primeira é transferir o saldo ou parte dele para uma conta aplicação de escolha livre, em qualquer banco e qualquer aplicação. A segunda opção é transferir o saldo ou parte dele para uma conta de previdência complementar privada. Repito, é uma opção. Ele faz se quiser. Se ele achar que o FGTS no sistema atual, com a lucratividade atual menor que a inflação, é bom, ele pode continuar com o sistema atual. Se ele quiser essa nova opção, pode fazê-lo.

O projeto é ótimo, porque permite ao trabalhador correr o risco de lucrar, correr o risco de ter um rendimento maior e fazer com que esse dinheiro, para o futuro, tenha segurança e não se perca durante o tempo. *"Ah, Gilson, mas vai perder o objetivo do fundo de garantia, que é dar garantia numa eventualidade!"* Não. Por que não? Porque ele vai permanecer com as mesmas regras de saque, as mesmas regras que você tem para sacar o FGTS nos termos atuais. A partir do momento em que você o transfere para uma conta aplicação ou uma previdência privada, você tem que preencher os requisitos que hoje já estão elencados no FGTS convencional. *"Ah, mas eu não concordo mesmo assim. Eu acho que o FGTS é bom e eu me sinto seguro com ele"*. Não tem problema, continue no FGTS do sistema atual. Não precisa. A lei só confere uma alternativa.

Muita gente perguntou: *"Gilson, a ideia é boa, mas por que não torna optativo de vez? Quem quer o FGTS permanece; a quem não quer o FGTS que seja pago esse valor, direto na folha de pagamento, que entra na bolsa do funcionário"*. Realmente, essa ideia seria a ideal. Isso seria perfeito. Porém, nós temos um entrave: nós teríamos que apresentar uma PEC, e para apresentar uma PEC precisamos de 171 assinaturas, Deputado Kim Kataguiri. E mais, teria que ser aprovada aqui, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, com 308 votos. Na situação atual, isso não seria possível.

Como alternativa, nós apresentamos essa lei, que tem grande possibilidade de ser aprovada, avançando um passo ou muitos passos. Como diz Bismarck, a política é a arte do possível. O nosso objetivo aqui é melhorar, passo a passo, a vida, a liberdade e a lucratividade das pessoas.

Meu pai já dizia, meu pai me ensinou, Deputado Boca Aberta, que tem entende de juros não paga: recebe. O único argumento que ronda, o que eu percebi, contra essa ideia é a de que o lucro é maligno, de que o lucro é ruim, com a ideologia de que o rentista vive do dinheiro dos outros, de que o banco lucra com os outros, de que as pessoas se apropriam do dinheiro alheio. Nada disso é verdade. O lucro é bom. O lucro e a liberdade geram felicidade! Conforme Ludwig von Mises, condenar o lucro é defender o retrocesso.

Gilson Marques, Deputado Federal. Muito obrigado.

Peço que meu discurso seja inserido no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Seu pedido será atendido, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Sanderson. S.Exa. dispõe de 5 minutos para usar a palavra.

**O SR. SANDERSON** (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srs. ilustres colegas Deputados Federais, brasileiros e brasileiras, nesta oportunidade, quero usar esta Casa do Povo para falar sobre a votação de ontem. Nós entramos noite adentro, neste plenário da Câmara, numa discussão já superada sobre o COAF e nos deparamos com uma eventual retirada da possibilidade de servidores ou de auditores da Receita Federal procederem a investigações, desde que não relacionadas a questões fiscais.

Nós sabemos que servidores da Receita Federal, que agem em nome da sociedade, em nome do Estado, quando estão operando, seja numa empresa, seja no caso de uma pessoa física ou jurídica, vez por outra se deparam com situações de lavagem de dinheiro, de evasão de divisas e, muitas vezes, até mesmo de depósitos milionários ou de depósitos físicos dentro de casas, dentro de paredes, debaixo de cama ou dentro de malas. A tentativa era que, nessas situações, apenas com ordem judicial os auditores da Receita Federal poderiam fazer o encaminhamento dessa notícia de crime à Polícia Federal



ou ao próprio Ministério Público Federal. Isso, para nós, não passa de um estorvo burocrático para travar a celeridade de ações contra o crime organizado. E se fala muito em corrupção, mas há também dinheiro de contrabando de armas, há dinheiro de tráfico de entorpecentes, há dinheiro de assalto a bancos.

Por isso, Presidente Kim Kataguiri — talvez um dos Deputados mais jovens da Casa, que hoje preside esta sessão —, nós entendemos isso como algo ruim. Não tendo havido acordo, o tema foi retirado de pauta. Na semana que vem, nós voltaremos a tratar deste tema, que é muito importante. Certamente chegaremos a bom termo, para que abusos não aconteçam, mas também o Estado tenha o direito de se defender e de se proteger contra evasão de divisas, contra os casos de malas de dinheiro, dinheiro dentro de colchões, etc.

Para finalizar, senhores — e dirijo-me especialmente ao londrinense Deputado Boca Aberta —, quero registrar também que no domingo, em todo o Brasil, atendendo ao chamado geral do povo brasileiro, nós estaremos nas ruas e praças para dar o apoio e o abraço que o nosso Presidente Jair Bolsonaro precisa e merece neste início de Governo.

Eu tenho vaticinado, pregado e dito para várias pessoas que nós não sairemos às ruas para atacar ninguém, nem para atacar Parlamento, muito menos para atacar autoridades do Judiciário. Não! Vamos sair, sim, para dizer que nós fechamos 100 dias de Governo do Presidente Bolsonaro numa nova plataforma de gestão, diferente. Alguns acham que essa diferença tem complicado a articulação dentro do Congresso, mas todos nós sabíamos que seria um jeito diferente de fazer a gestão, até porque nós vínhamos de uma tradição de 30 anos de modelos similares, e deu no que deu. Agora, enquanto Nação, nós temos o direito de mudar o seletor, de promover e induzir um novo modelo de fazer gestão. E é isso que Jair Bolsonaro e sua equipe estão promovendo. Para isso, nós precisamos do apoio, do abraço e da confiança de todo o povo brasileiro.

O sucesso do Presidente Jair Bolsonaro é o sucesso do Brasil. Nós precisamos fazer que este Governo dê certo, que o número de desempregados diminua, que haja crescimento econômico, que a paz social se restabeleça no seu norte. Para isso, precisamos fazer uma concertação.

Aliás, diga-se de passagem, hoje, dentro do plenário, fiquei muito contente em ver uma concertação. Há uma preocupação de todos, do PSL, dos partidos da Oposição, da Presidência da Mesa e do próprio Presidente Jair Bolsonaro, de nessa concertação fazermos o País voltar à sua normalidade, voltar a crescer, produzindo empregos, oportunidades de trabalho. Aí, sim, faremos deste País uma grande Nação.

Nós acabamos de sair da Secretaria da Previdência com o Secretário Rogério Marinho e fomos falar justamente sobre o chamado eSocial, um sistema implantado no ano passado. Há um calendário programado para que até julho deste ano outras empresas passem a usar obrigatoriamente o chamado eSocial. Nós ouvimos tanto da indústria como do setor do agronegócio inúmeras reclamações, sobretudo relacionadas ao calendário apertado, que não deu oportunidade para o empresariado se preparar para fazer o ajuste e o ingresso no chamado eSocial. Por isso, nós fomos lá apresentar a nossa demanda de forma formal e oficial, que foi muito bem aceita. Com a sensibilidade que o Secretário Rogério Marinho possui, provavelmente nós encaminharemos uma sugestão do Governo de fazermos uma prorrogação neste calendário. Isso possibilitará àqueles empresários que ainda não conseguiram fazer suas escriturações contábeis, trabalhistas, previdenciárias nesse sistema eletrônico... Nós temos certeza de que esse é um caminho sem volta. A modernidade e a Internet chegaram para ficar. Nós temos certeza de que o Governo, ainda mais nessa marcha de desburocratização da máquina pública e da máquina privada...Faremos a provocação, para talvez 2020, 2021, da implantação do chamado eSocial, que vai ajudar, sim, a diminuir custos, a facilitar para as empresas tocarem seus negócios. E agora, num momento de queda de receita, toda ajuda é importante e interessante.

Senhores, obrigado. Estamos encerrando o mês de maio com uma série de demandas importantíssimas que nós enfrentaremos no mês de junho, entre elas a reforma da Previdência, a PEC 6, de 2019, que, com alguns ajustes, certamente será aprovada aqui na Câmara de Deputados ainda no primeiro semestre.

Um abraço a todos. Que Deus nos acompanhe!

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Obrigado, Deputado Sanderson.

*(Durante o discurso do Sr. Sanderson, o Sr. Kim Kataguiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hildo Rocha, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Convido, para fazer uso da palavra, o Deputado Kim Kataguiri, do DEM de São Paulo.

**O SR. KIM KATAGUIRI** (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, Srs. Parlamentares, eu subo hoje a esta tribuna para criticar a covardia do empresariado brasileiro.

Todos sabem aqui, é público nesta Casa, que eu sou um dos maiores defensores do setor produtivo, do equilíbrio fiscal, da reforma previdenciária. Aliás, eu sou o Parlamentar que mais subiu a esta tribuna para defender a aprovação da reforma previdenciária dentro do prazo já estabelecido, com a economia de 1 trilhão de reais já estabelecida, com o compromisso de que consigamos votar posteriormente em lei complementar a implementação do sistema de capitalização.

Eu tenho inclusive emenda nesse sentido, para que o trabalhador possa utilizar o FGTS como capitalização num sistema que não tem custo para transição. Na minha humilde opinião, é superior à capitalização que hoje vem sendo proposta pelo Governo, um sistema de conta nocional.

Mas o que eu vejo, que vivencio e que os colegas aqui também vivenciam todos os dias nesta Casa nos corredores são pedidos de emenda para basicamente destruir e desfigurar o nosso sistema previdenciário e a reforma proposta pelo Ministro Paulo Guedes. Nós temos aqui todos os dias corporações pressionando para que nós tiremos os seus grupos de interesse da reforma previdenciária, porque grupo A é especial, sindicato B, todo mundo é especial, todo mundo precisa estar fora da reforma previdenciária. Essas corporações pressionam aqui todos os dias contra a reforma previdenciária e a reforma tributária, que tem o seu andamento acelerado, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Esperamos a breve instalação da Comissão Especial.

O que observamos aqui todos os dias, em todas as votações, nas discussões envolvendo a reforma previdenciária, nas discussões envolvendo a reforma tributária, são corporações públicas e corporações privadas pressionando, para raptar, para sequestrar um pedaço do orçamento para si.

E quem efetivamente gera emprego, trabalha, produz, paga imposto, financia esta Casa, o Ministério Público, o Judiciário, os três Poderes da República, todos os serviços públicos, paga a conta deste País se acovarda. Não aparece aqui na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional para defender a aprovação da reforma previdenciária com a economia de 1 trilhão de reais, para defender uma verdadeira revolução, no melhor sentido da palavra, no nosso sistema tributário: simplificação tributária, regras objetivas para o poder público, regras claras, prazos para o poder público em suas diversas instâncias conceder diferentes licenças para permitir a geração de emprego, a geração de renda, facilitar a vida de quem trabalha e produz.

Nunca vi — nunca vi — nenhum representante de quem efetivamente não vive de sindicalismo e não vive profissionalmente de política, mas vive de gerar emprego e renda, nunca vi nenhum representante dessa classe, que deveria defender o interesse público, aqui na Câmara dos Deputados. É uma classe intimidada.

Quando eu vejo empresário aqui na Câmara dos Deputados ou é para pedir subsídio ou é para reclamar, falando que está muito difícil e que vai para Miami, ou seja, ou é para pedir uma vantagem para si ou é para se acovardar. E é justamente esse empresário, essa classe, esse setor produtivo que eu defendo e diversos colegas defendem. Mas não há como nós continuarmos defendendo com o sistema de covardia ou com a atitude covarde desse setor, que paga a conta e deveria ter coragem e orgulho de dizer que paga a conta e cobrar deste Parlamento que faça o seu trabalho.

Não dá para simplesmente deixar que grupos de interesses escusos raptem os interesses e as votações do Congresso Nacional sem que vocês se pronunciem de maneira nenhuma! Vocês pagam uma das maiores cargas tributárias do mundo, o imposto mais complexo do mundo. Vocês são tratados como criminosos numa Justiça de exceção chamada Justiça Trabalhista, que custa o dobro daquilo que entrega em demanda para os trabalhadores. Fazendo um parêntese, seria mais barato, de acordo com as últimas leis orçamentárias que aprovamos nesta Casa e foram executadas pelo Executivo, que fechássemos a Justiça do Trabalho e pagássemos o dobro de tudo aquilo que os trabalhadores estão pedindo.

Ainda assim, o empresário tem medo de falar sobre Justiça do Trabalho, tem medo de falar sobre o *lobby* do Ministério Público dentro desta Casa, tem medo de falar do corporativismo do Judiciário, tem medo de falar sobre a burocracia que é imposta e votada nesta Casa todos os dias. Ele tem medo e se acovarda: *"Ah, coitadinho de mim! Eu sou empresário, eu gero lucro, eu sou o vilão. Eu vou ficar aqui escondidinho. Eu só vou ficar aqui pagando a conta caladinho, enquanto as corporações raptam a riqueza que eu trabalhei para gerar, o emprego que eu trabalhei para gerar"*.

Enquanto vocês, honestos trabalhadores que geram emprego e renda, continuarem com essa covardia, com esse medo de se impor, só sentando no banco dos réus da Justiça do Trabalho, perguntando: *"Ó doutor, quanto é que tem que pagar hoje para esse funcionário, que muitas vezes nem trabalhou bem e foi demitido por justa causa? Deveria ter sido demitido mesmo, mas depois, injustamente, entrou com uma ação contra mim. Mas eu vou aceitar passivamente, porque eu sou um pato"*.

Até quando vocês vão continuar com essa postura covarde, com essa postura...covarde mesmo — não há outro adjetivo para definir —, enquanto nós defendemos a desburocratização, o corte de gastos, o equilíbrio fiscal? Até quando vocês vão deixar que as corporações raptam o Congresso Nacional, enquanto vocês reclamam dos problemas do País em congressos fechados, entre si, falando sobre o impacto da taxa de juros na inflação, sobre o impacto do endividamento do País,

sobre o déficit previdenciário e sobre as outras coisas que, em salas fechadas debaixo de ar condicionado, não adiantam absolutamente nada?

Quando é que vocês, empresários, que pagam a conta, que pagam os impostos, que sustentam os três Poderes, vão vir até aqui à Câmara dos Deputados para propor a emenda de vocês, não para desfigurar a reforma previdenciária, mas para aumentar a economia, para representar o setor produtivo?

Essa covardia é representada e reverberada dentro do Congresso Nacional pelas corporações que raptam nosso orçamento. Toda semana temos votação. Eu, particularmente, faço parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Toda semana votamos privilégio para algum setor ou para alguma corporação. Toda semana essa corporação está lá para aplaudir os Parlamentares que votam a favor desses privilégios escusos e rechaçar os que votam contra.

E não há um mísero, uma mísera e infeliz alma do setor produtivo que não seja sindicalista profissional — ainda que seja de sindicato patronal, mas continua sendo sindicalista profissional —, não há ninguém que efetivamente produza, trabalhe, gere imposto, emprego e renda que venha representar o interesse público. Ficam de cócoras para as corporações. E deixam as corporações raptarem o Parlamento.

Vocês representam a maior parte da sociedade. Vocês representam a maior parte dos geradores de emprego, dos geradores de renda e dos pagadores de impostos. Mas vocês não têm coragem de pisar aqui ou dar a cara a tapa para promover as pautas de vocês. Nós vamos continuar defendendo. Não temos problema nenhum em continuar dando a cara a tapa e parecer vilão para o Ministério Público, para o Judiciário, para as corporações públicas, parecer inimigos dos servidores ou parecer defensores dos grandes bancos ou dos grandes capitalistas. Não temos problema nenhum em defender o que é certo e sofrer críticas injustas em razão disso.

O problema é fazer essa luta sozinho. O problema é fazer essa luta enquanto o setor que é maior beneficiado por isso, o setor honesto, que trabalha, que produz, que paga imposto, simplesmente assiste, reclama, diz que não tem nada bom, só joga pedra no Congresso, só joga pedra na Presidência da República, mas não faz absolutamente nada para mudar essa situação.

Enquanto vocês continuarem nessa situação de covardia — hora vocês vêm aqui para pedir subsídio ou para pedir empréstimo do BNDES, hora vocês vêm aqui para reclamar e falar que está muito ruim, que vão embora para Miami —, a situação do País vai continuar a mesma. Não adianta ficar quieto achando que as coisas vão mudar na inércia. As coisas mudam na inércia. E têm mudado nos últimos anos, têm mudado para pior — muito pior.

Diferente das empresas dos senhores, o País não tem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ, o País não pode pedir recuperação judicial, o País sempre pode piorar. Está ruim? Sem a reforma da Previdência vai ficar pior ainda. Tem como ficar pior e cada vez pior. País não atinge fundo do poço. Não existe fundo do poço para País. Sempre tem como afundar mais. Dá para ir para a situação da Argentina, com inflação de 30%, pedir empréstimo para o Fundo Monetário Internacional — FMI. Dá para ir para a situação da Venezuela. Dá para ficar cada vez pior. Tem sempre como piorar. Não tem recuperação judicial, não manda funcionário embora, o País continua quebrando para sempre e piorando.

Enquanto os senhores continuarem na inércia, vão continuar pagando para palhaço de corporação pública utilizar o Parlamento como picadeiro, vão continuar pagando a conta, vão continuar assistindo ao País afundar e vão continuar reclamando sem fazer absolutamente nada.

Obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Kim Kataguirí, o Sr. Hildo Rocha, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcel Van Hattem, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - O próximo a utilizar a tribuna será o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu utilizo a tribuna da Câmara neste momento para falar a respeito do pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais — CFEM para alguns Municípios do Estado do Maranhão.

A primeira pergunta que a população faz: por que alguns Municípios do Maranhão recebem a CFEM e outros não? Resposta: nenhum dos Municípios do Maranhão recebia recursos da CFEM. Apenas 23 Municípios do Maranhão estão recebendo.

Mas por que que alguns estão recebendo e outros não? Os Municípios estão recebendo os *royalties* da mineração, porque foi construída na Câmara Federal e depois no Senado, através de uma medida provisória, a inclusão de Municípios afetados pelo transporte de minérios. No caso do Maranhão, são os Municípios que estão ao longo da Ferrovia Carajás. Pela outra Ferrovia São Luís-Teresina quase não se transportam minérios. Portanto, os Municípios que estão ao longo da Ferrovia São Luís-Teresina quase não recebem nada ou não recebem praticamente nada. Já os Municípios que estão na Ferrovia Carajás estão recebendo *royalties*.

Mas como foi a inclusão desses Municípios? Vou explicar do começo. Em julho de 2017, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 789, de 2017, que modificava alguns aspectos da Lei da CFEM, aumentava o pagamento por parte das mineradoras da sua contribuição para a CFEM. Não se trabalhava sob partilha. O projeto da medida provisória não tratava de inclusão de Municípios.

Aí, o Deputado Hildo Rocha fez uma emenda incluindo os Municípios que estão situados ao longo das ferrovias, dos portos, que são impactados pelo transporte de mineração a receber parte desses recursos totais da CFEM, chamados de *royalties* da mineração.

Além do Deputado Hildo Rocha, do Maranhão, mais dois Parlamentares do Maranhão apresentaram emendas no mesmo sentido, ou seja, incluindo os Municípios do Maranhão no benefício da partilha da CFEM.

Quem são os outros dois Parlamentares? O Deputado André Fufuca e o Deputado Cleber Verde. Todos os três — Hildo Rocha, Cleber Verde e André Fufuca — apresentaram emendas à medida provisória que incluem os Municípios que estão localizados ao longo da Ferrovia Carajás para receber parte do que as mineradoras pagam para o Governo Federal. E, do total que as mineradoras pagam, uma parte fica justamente para os Municípios onde estão as sedes das mineradoras, que já recebiam. E agora passaram a receber os Municípios que são afetados pelo transporte.

Depois desse trabalho de apresentar as emendas, nós tivemos que fazer um trabalho de convencimento com o Relator da Medida Provisória nº 789, de 2017, que foi o Deputado do PSDB de Minas Gerais, Marcus Pestana. De início, ele não queria aceitar os Municípios localizados ao longo das ferrovias e as cidades portuárias, que são impactadas pelo porto, mas nós o convencemos a aceitar.

Três maranhenses participaram da Comissão Mista, composta por Senadores e Deputados, que analisou a medida provisória. Primeiro, a medida provisória tem que ser analisada e aprovada na Comissão Mista para depois vir ao Plenário da Câmara. Aprovada no Plenário da Câmara, vai para o Senado, que é a Casa Revisora. Quando se trata de medida provisória, o Senado é sempre a Casa Revisora, porque toda medida provisória inicia-se na Câmara dos Deputados. É o que diz a Constituição Federal.

Participaram dessa Comissão três Parlamentares do Maranhão: Deputado Hildo Rocha, Deputado Pedro Fernandes e Deputado Cleber Verde. Nós três trabalhamos intensamente, participamos de todos os debates e, inclusive, fizemos um requerimento para que prefeitos do Maranhão viessem à Comissão para falar sobre as consequências do transporte do minério de ferro, da bauxita, entre outros, para a população daquelas cidades, em função do aumento dos gastos das prefeituras. Foram aceitas e aprovadas as emendas dos Deputados Hildo Rocha, Cleber Verde e André Fufuca. Essas três emendas balizaram o Deputado Marcus Pestana na inclusão desses Municípios do Maranhão, que agora começaram a receber os recursos provenientes do ano passado.

Portanto, o Deputado Hildo Rocha trabalhou intensamente pela aprovação dessa proposta — e fiz isso a pedido do Prefeito Zé Gomes, que me procurou e, depois, trouxe até mim a Prefeita Karla Batista, da cidade de Vila Nova dos Martírios. Isso ocorreu no final de 2016, quando ainda havia um projeto tramitando, não uma medida provisória. Aproveitamos a medida provisória para incluir essa emenda.

Continuamos a fazer o trabalho que deveria ser feito por aquele que representa o povo — mas falo daquele que representa o povo, aqui na Câmara e no Congresso, com dignidade, com presteza, com cuidado, com respeito pelos outros, com tolerância às argumentações muitas vezes maléficas dos outros. Fizemos o nosso trabalho, e fomos além: estivemos reunidos com o então Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, a quem eu pedi, por diversas vezes, em reunião, que fizesse um decreto que acelerasse o pagamento dos *royalties* da mineração para esses Municípios do Maranhão.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, agora os Municípios recebem esse dinheiro. A cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, é a que mais recebe, porque é o único Município onde há um porto e uma ferrovia. Por isso, recebe mais. São Luís já recebeu 28 milhões de reais dos *royalties* da mineração, graças ao nosso trabalho. Logicamente, não foi um trabalho só do Deputado Hildo Rocha, do Deputado André Fufuca, do Deputado Pedro Fernandes, do Deputado Cleber Verde; foi um trabalho de todo o conjunto de Parlamentares, principalmente do Maranhão; foi um trabalho dos Parlamentares da Legislatura anterior, que aqui estiveram e aqui trabalharam, na Câmara e no Senado, para aprovar a matéria. Uns

trabalharam mais, outros menos. Houve Deputado e Senador que não fez por merecer, mas contou muitas vantagens, muitas glórias.

O Município de Açailândia é o segundo que mais recebe *royalties*. Já recebeu 15,4 milhões de reais de *royalties* do minério. Neste mês, o valor está na conta da Prefeitura de Açailândia. O Município de Buriticupu, onde eu sou o mais votado — foi o motivo por que lutamos por essa causa —, recebe apenas 3 milhões de reais. Nós não deixamos de lutar. O Prefeito Zé Gomes me dizia que este seria um dos Municípios menos contemplados. Mesmo assim, nós fomos buscar esses 3 milhões de reais para o Município de Buriticupu e beneficiamos outros Municípios.

Eu fiquei feliz ao saber disso, mas não fiquei tão feliz ao saber que há Parlamentar do Maranhão se aproveitando disso, como se fosse ele o autor de alguma emenda, sendo que sequer participou da Comissão para ajudar. Enfim, vamos dar a César o que é de César, a Deus o que é de Deus.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja divulgado, no programa *A Voz do Brasil*, este nosso pronunciamento a respeito da distribuição da CFEM, com os nomes dos Parlamentares que mais ajudaram a aprovar a inclusão desses Municípios na partilha da CFEM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Passo a palavra para o próximo orador inscrito, o Deputado Heitor Freire, do PSL.

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu uso a tribuna neste dia para falar um pouco sobre as visitas que fiz, no último fim de semana, no Ceará.

Visitei oito cidades. Primeiramente, fui a Icó, onde visitei movimentos de direita, conversei com o nosso amigo Bebel do Icó, com o Darci, com o Will, escutei as reivindicações de todos os movimentos, a fim de trazê-las para esta Casa e analisar o que nós podemos fazer para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos do Icó.

Saindo do Icó, fui para Juazeiro do Norte. Na Câmara Municipal, defendi a nova Previdência, participei de um debate com o Movimento Direita Cariri, representado pelo Juan, pelo Silvanir, pelo Prof. Érico do Crato. Seguimos para Barbalha, onde vimos a situação de hospitais que precisam da ajuda e da atenção de Parlamentares desta Casa. Saindo de Barbalha, fui até Brejo Santo, onde, junto com o Movimento Direita Brejo Santo, escutei 27 famílias que tiveram suas casas derrubadas. Não vou entrar no mérito se essas casas foram alvo de invasores nem vou discutir qual era a situação específica daquelas famílias, mas quero destacar que eram famílias que já estavam em suas casas, devidamente estabelecidas. Inclusive, em algumas dessas famílias havia crianças. De forma arbitrária, a Prefeitura enviou tratores e passou por cima das casas, deixando essas 27 famílias na rua, como mendigos.

Saindo da cidade, escutei que a Prefeita e um Deputado vão me processar por falar verdades. Aqui eu faço um desafio e falo para todos os cidadãos do Brejo Santo: existe uma família, uma oligarquia que domina essa cidade, como se fossem coronéis, há mais de 30 anos. Nós não vamos deixar que isso continue. Todo império tem seu fim, principalmente no Nordeste, no Ceará, de onde eu venho. Uma família não pode mandar em uma cidade. Aquele Deputado responde a processos criminais e teve seus direitos políticos cassados. Eu estou aguardando mais documentos da prefeitura para denunciá-la, nesta tribuna, no Ministério Público e na Polícia Federal. Na Comissão de Fiscalização, já estou com documentos para fazer denúncias acerca dessa prefeitura.

Portanto, fica registrada aqui a minha mensagem a todos os cidadãos do Ceará: não tenham medo de grupos políticos que dominam a região e estão se perpetuando no poder há décadas! Não tenha medo, povo cearense! Nós estamos vivendo novos tempos. A política vem mudando. Nessa nova política, há pessoas compromissadas com o bem e a verdade, pessoas que não têm medo de oligarquias, que não têm medo desses que, há muito tempo, dominam a região, fazendo com que a situação do povo piore cada vez mais.

O Ceará é um dos Estados mais ricos da Federação. Porém, em função dos altos tributos, na realidade, a pobreza é que impera lá. Por que ocorre isso? Eles não estão cuidando devidamente do povo, só pensam no próprio umbigo e em se perpetuar no poder. Mas estamos vivendo novos tempos, capitaneados pelo nosso Capitão Bolsonaro, com o apoio de uma juventude que aspira a um Brasil melhor.

Um forte abraço. Que Deus abençoe o Ceará!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - Peço ao Deputado Sanderson, do Rio Grande do Sul, que assuma a Presidência dos trabalhos, para que eu também possa me pronunciar.

Passo a palavra ao Deputado Boca Aberta, que está inscrito.

**O SR. BOCA ABERTA** (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, grande Deputado Van Hattem. O sobrenome é alemão?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) - É holandês.

**O SR. BOCA ABERTA** (PROS - PR) - É holandês! O meu sobrenome é Petriv, é ucraniano.

Meu colega do Rio Grande do Sul, eu sou do Estado do Paraná. Um beijo no coração de todo o povo abençoado do Rio Grande do Sul!

Há uma plateia lá em cima: olá! Tudo bem? Vocês viram que mausoléu está isso aqui hoje? É como gritar no deserto. Na quinta-feira, há poucos Deputados trabalhando. Mas é assim, é vida que segue.

Londrina, a minha cidade natal, está um caos — até rimou. Ninguém aguenta mais a dessaúde na nossa cidade. É de cair o cabelo do careca! Não é possível!

O Sr. Marcelo Belinati, um Prefeito desavergonhado, que não tem um pinga de vergonha na cara, está deixando o povo morrer à míngua, na fila do "desatendimento", nas Unidades de Pronto Atendimento — UPAs. Mas que pronto atendimento é esse? O que significa UPA, Sr. Presidente Deputado Marcel Van Hattem? Significa Unidade de Pronto Atendimento! O que significa PAI? Significa Pronto Atendimento Infantil. O que significa UBS, PAI, UPA, que eu apelidei de "depósito dos rejeitados", onde o povo suplica de joelhos aos pés do médico? O sujeito fica lá, inofensivo, esperando atendimento durante 8 horas, 10 horas, 12 horas, 14 horas! Isso é inadmissível! E o Prefeito ainda se diz médico. Então, coloque um jaleco, pegue um estetoscópio e vá atender o povo!

Eu não estou em Londrina, evidentemente. Estou aqui cumprindo o meu papel de Deputado, com muito carinho, com muita alegria. O meu filho, o Deputado Estadual Boca Aberta Júnior, também não pode estar lá às segundas, terças, quartas, quintas-feiras, Deputado Van Hattem, porque nós estamos trabalhando para o povo. Eu montei uma equipe de assessores que são pagos com o seu dinheiro — falo isso para você que está me escutando agora, para você que está me vendo nas redes sociais. O Deputado Federal e o Deputado Estadual têm direito de contratar um monte de assessores, que são pagos com o seu dinheiro, através dos seus impostos, do seu IPTU, ITR, ISS, CIDE. Eles são pagos com os nossos impostos.

Sr. Presidente, abençoado povo londrinense, ontem nós fizemos uma *blitz* da saúde no Pronto Atendimento Infantil — PAI, encabeçada pela minha esposa, a D. Mara, juntamente com a nossa equipe. É de dar dó! É de chorar! É de cortar o coração! Havia crianças de 3 anos, 4 anos, 8 anos, 10 anos, 12 anos ardendo em febre, com 40 graus, vomitando, quase convulsionando! A minha esposa levou leite, achocolatado, bolachas para as crianças, as mães e os pais que estavam esperando atendimento. Infelizmente, as crianças estavam lá esperando por 10 horas, 12 horas, 14 horas sem nada na barriga, sem dinheiro para comprar alguma coisa, porque eles saem de um local para outro, da Zona Norte, Sul, Leste, Oeste, da zona rural, só com o dinheiro da passagem.

Cadê o Prefeito? Cadê os Vereadores? Cadê os Deputados Federais e Estaduais do Paraná? Cadê o Deputado Diego Garcia? Cadê o Deputado Filipe Barros? Cadê a Deputada Luisa Canziani? Cadê o Cobra Repórter? Cadê o Tiago Amaral? Cadê eles? Nós somos empregados de alto luxo do povo e devemos estar lá na hora em que o povo nos chama.

Beijo no coração, Sr. Presidente. A todo o Brasil, a paz de Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Obrigado, Deputado Boca Aberta.

*(Durante o discurso do Sr. Boca Aberta, o Sr. Marcel Van Hattem, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sanderson, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Concedo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem, meu compatriota gaúcho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido Novo.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Deputado Sanderson. Fico muito contente em ver V.Exa., um Deputado de primeiro mandato, do Rio Grande do Sul, se destacar nesta Casa Legislativa. Fico muito feliz em ver esse destaque positivo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Obrigado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu vim à tribuna para falar um pouco sobre o grande desafio que nós temos. Somos uma bancada pequena e nova na Câmara dos Deputados, que vem somar, que vem trabalhar em prol do

Brasil. Quando olhamos para o cenário político, vemos que há uma esperança muito grande da população em torno das atividades que se realizam aqui nesta Câmara dos Deputados.

Todos nós que assumimos no dia 1º de fevereiro deste ano completamos 100 dias de mandato. Não diferente daquilo que aconteceu com a maior parte dos nossos colegas Deputados, nós do Partido Novo fizemos relatórios individuais dos nossos mandatos e também da Liderança da bancada. É importante ressaltar isso, porque a bancada do Partido Novo é inédita neste Parlamento, é uma bancada de oito Deputados Federais que, pela primeira vez, chegaram à Câmara dos Deputados. Aliás, desse total, sete Deputados concorreram pela primeira vez em eleições e se elegeram para fazer a diferença aqui nesta Casa Legislativa.

Desde o dia seguinte às eleições, nós estamos buscando informações, estamos nos aprimorando. Para isso, visitamos esta Casa Legislativa a fim de conhecer mais o seu funcionamento, o que ocorreu ainda em outubro, novembro e dezembro do ano passado e em janeiro deste ano. Nós Deputados do Partido Novo estivemos aqui na Câmara. Depois, mais assiduamente, estiveram aqui os escolhidos para exercer a Liderança e a Vice-Liderança: eu, o Deputado Tiago Mitraud e o Deputado Paulo Ganime. Nós viemos conhecer melhor a Casa e estruturar a nossa equipe de trabalho.

No Partido Novo, fizemos um processo seletivo que contou com mais de 12 mil inscritos. Isso também está no nosso relatório de 100 dias da Liderança. No total, 12.179 brasileiros inscreveram-se para o nosso processo seletivo. Realizamos a primeira fase e foram feitas 195 entrevistas. Finalmente, 23 pessoas foram contratadas.

Quero aqui, em nome do Partido Novo, em nome da nossa bancada, agradecer de coração o trabalho incansável dos nossos assessores, da nossa equipe. Parte dela, inclusive, está aqui nas galerias, a essa hora, passando das 18h20min desta quinta-feira. Outros estão na própria Liderança. Todos representam tão bem o espírito de trabalho do Partido Novo.

Quero agradecer ao André Reis, nosso Chefe de Gabinete, também do nosso processo seletivo, já conhecido da Casa e sempre muito elogiado pelos seus colegas, que hoje nos dá a honra de ser o chefe de uma equipe de trabalho extremamente competente.

Quero saudar os nossos diretores, que estão nas galerias: Thiago Esteves, Rodrigo Marinho e Sérgio Mendes, que fazem, respectivamente, o trabalho de relações institucionais, de direção técnica legislativa e de operações da nossa Liderança.

Quero saudar também os coordenadores Stela Torga e Maxuel, que estão aqui no plenário, Gabriela Matsunaga, Aílton Cunha, Tuana Neves, Adriano Paranaíba, Marcelo Oliveira, Annebelle Borges; os nossos assessores Eliardo Teles, Eduardo Coimbra, Marcos Piñon e Dirceu Quadros. Saúdo também os analistas Júlia Wildner Cunha e Victor Ludwig; aqueles que nos ajudam na área da comunicação, o fotógrafo Talles Kunzler, o *videomaker* Samuel Silva, a designer Fabiane Gasparotto; e a Taís Machado, que cuida de toda a parte administrativa.

Eu quero realmente fazer esse agradecimento individual a cada um, em nome da bancada, em nome dos oito Deputados Federais do Partido Novo. Agradeço pelo trabalho que está representado aqui nesta nossa prestação de contas, que vai ser amplamente divulgada.

Amanhã nós teremos um trabalho de apresentação para todos os gabinetes dos Deputados do partido que têm utilizado a estrutura da Liderança de uma forma compartilhada. Afinal, nós somos um time, e esta Casa tem percebido que isso está acontecendo, não só aqui no Plenário, Sr. Presidente, mas em todas as Comissões. Estamos buscando fazer um trabalho de representação das nossas ideias, dos nossos princípios, dos nossos valores, em cada Comissão, em cada proposta apresentada, em cada conversa que realizamos com entidades que vêm aqui nos visitar, também em cada *post* nas redes sociais, para dar satisfação aos nossos eleitores, aos nossos filiados. Todo esse trabalho feito em equipe vai ser apresentado no dia de amanhã, sexta-feira, para todos os gabinetes, a fim de que todos saibam exatamente o que está acontecendo, mais além da nossa rotina do dia a dia.

Portanto, André, parabênizo você e toda a equipe. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Parabéns, Thiago, pelo trabalho de gestão compartilhada do nosso gabinete e da Liderança!

Parabéns, meu Vice-Líder, Deputado Paulo Ganime, que tem feito também um trabalho muito grande de articulação junto às Comissões e às demais Lideranças!

Parabéns a cada um dos Deputados do Partido Novo, que valoriza esse espírito de time! Parabéns pelo trabalho de cada um dos integrantes da nossa bancada, da nossa equipe da Liderança do Partido Novo e — por que não dizer? — de cada um dos assessores dos gabinetes dos Deputados do Partido Novo, que também têm feito a diferença para os Deputados, individualmente e para o time todo, inclusive com troca de experiências frequentes, que são muito importantes!

Estamos todos aprendendo, estamos todos começando e, com certeza, estamos todos, na medida do possível, acertando para que nós possamos, de fato, mudar o Brasil, com a ajuda de todos. É aquilo que esperam os nossos filiados e os nossos eleitores.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Obrigado pela deferência, Deputado Marcel Van Hattem.

Tem a palavra, por 3 minutos, o Deputado Heitor Freire, meu companheiro de partido, do PSL do Ceará.

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna apenas para parabenizar todo o povo de Pacajus, que hoje, dia 23 de maio, aniversaria.

Nessa linda cidade, a terra do caju, na semana passada, participei da 7ª Cavalgada do Parque de Vaquejada José Belarmino, a convite do meu amigo Rogério Mesquita, grande liderança do PSL e do Movimento Direita Pacajus. Ele, com muita coragem, vem desenvolvendo um trabalho, vem trazendo soluções com uma agenda positiva para a cidade, vem se destacando pelo seu trabalho.

Na pessoa do meu amigo Rogério Mesquita e de todos do Movimento Direita Pacajus, eu gostaria de parabenizar essa linda cidade, a terra do caju.

Aqui ficam os meus parabéns!

Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Obrigado, amigo Heitor Freire.

#### **ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Sanderson. PSL - RS) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, sexta-feira, dia 24 de maio, às 9 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, sexta-feira, dia 24 de maio, às 15 horas, em homenagem aos 162 anos do Município de Caruaru, em Pernambuco.

*(Encerra-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)*

#### **DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS FARAH.**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCIO ALVINO.**